

Organização  
Rosenei Cella

# ANAIS DO I SEMINARIO DE PESQUISA SOBRE MIGRAÇÃO

FORTALECENDO REDES DE APOIO





|  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| Reitor   | Marcelo Recktenvald                  |
| Vice-Reitor                                    | Gismael Francisco Perin              |
| Chefe do Gabinete do Reitor                    | Rafael Santin Scheffer               |
| Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura   | Charles Albino Schultz               |
| Pró-Reitor de Assuntos Estudantis              | Fabiano Geremia                      |
| Pró-Reitor de Gestão de Pessoas                | Claunir Pavan                        |
| Pró-Reitora de Extensão e Cultura              | Patricia Romagnolli                  |
| Pró-Reitor de Graduação                        | Jeferson Saccol Ferreira             |
| Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação         | Clevison Luiz Giacobbo               |
| Pró-Reitor de Planejamento                     | Everton Miguel da Silva Loreto       |
| Secretário Especial de Laboratórios            | Edson da Silva                       |
| Secretário Especial de Obras                   | Fábio Correa Gasparetto              |
| Secretário Especial de Tecnologia e Informação | Ronaldo Antonio Breda                |
| Procurador-Chefe                               | Rosano Augusto Kammers               |
| Diretor do <i>Campus</i> Cerro Largo           | Bruno Munchen Wenzel                 |
| Diretor do <i>Campus</i> Chapecó               | Roberto Mauro Dall'Agnol             |
| Diretor do <i>Campus</i> Erechim               | Luís Fernando Santos Corrêa da Silva |
| Diretor do <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul    | Martinho Machado Júnior              |
| Diretor do <i>Campus</i> Passo Fundo           | Jaime Giolo                          |
| Diretor do <i>Campus</i> Realeza               | Marcos Antônio Beal                  |

Organização  
**Rosenei Cella**

**ANAIS DO  
I SEMINARIO  
DE PESQUISA  
SOBRE MIGRAÇÃO**  
FORTALECENDO REDES DE APOIO

**I Encontro Sul-Brasileiro de estudantes  
imigrantes na educação superior  
22 e 23 de setembro de 2022**

UFFS  
2023

### **Realização**

Universidade Federal da Fronteira Sul (Pró-Reitoria de Graduação) – PROGRAD/UFFS

### **Apoio**

Ministério da Educação – MEC  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes  
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

### **Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS**

Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD  
Rodovia SC 484 - Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó – SC, CEP 89815-899

### **Organização**

Rosenei Cella

### **Revisão textual e normalização ABNT**

Kdu Sena | MC&G Design Editorial

### **Projeto gráfico**

MC&G Design Editorial

### **Diagramação e capa**

Glauco Coelho | MC&G Design Editorial

### **Endereço web**

<https://www.facebook.com/UFFSPIBID>

---

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

A532 Anais do I seminário de pesquisa sobre migração: fortalecendo redes de apoio / I Encontro Sul-Brasileiro de estudantes imigrantes na educação superior 22 e 23 de setembro de 2022. / Rosenei Cella (org.) – Chapecó : Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023.  
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5019-054-5(PDF)

1. Imigrantes. 2. Emigração e imigração. 3. Direitos humanos.  
4. Educação. I. Cella, Rosenei (org.). II. Título.

CDD: 304.82

---

Ficha catalográfica elaborada pela  
Divisão de Bibliotecas – UFFS  
Vanusa Maciel  
CRB - 14/1478



## Sumário

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Prefácio</b>  | <b>8</b>  |
| João Chaves   Padre Paolo Parise   |           |
| <b>Apresentação</b>  | <b>10</b> |
| <b>Eixo 1 Migração, educação e interculturalidade</b>  | <b>12</b> |
| A presença haitiana na UFFS: com a palavra os protagonistas  | 13        |
| Impactos do processo migratório na identidade do sujeito migrante: estudo de caso de uma migração sul  | 16        |
| O imigrante estudante no novo Ensino Médio: Cidadania e Matemática   | 19        |
| Inserção de estudantes haitianos na UFFS – <i>Campus Erechim</i> : reflexões a partir do Programa de Extensão “Diversidade linguística: compartilhar saberes para quebrar barreiras” | 22        |
| Ações didático-pedagógicas adotadas pelos professores que atuam com estudantes imigrantes  | 25        |
| Experiências de ensino-aprendizagem de português brasileiro para imigrantes  | 29        |
| Ensino de Português como língua de acolhimento para crianças migrantes ofertado pela UFFS  | 31        |
| Escola e migrações: entrelaçamentos  | 34        |
| Política educacional e migração haitiana: um estudo comparado dos currículos de Biologia do Ensino Médio do Brasil e do Haiti  | 37        |
| A participação das crianças imigrantes nas instituições públicas de Educação Infantil a partir do que as próprias crianças têm a nos dizer   | 40        |
| O exame nacional do Ensino Médio e Vestibulares em geral ao alcance dos adolescentes imigrantes  | 43        |
| A cidadania e a importância dos diplomas dos migrantes no município de Chapecó (SC)  | 46        |
| Mobilidade humana na UFFS: do prohaiti ao pró-imigrante  | 49        |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Eixo 2 Migração e Saúde</b>  | <b>52</b> |
| Perspectiva assistencial à saúde de imigrantes e refugiados em uma mesorregião do Mercosul  | 53        |
| O impacto da pandemia de covid19 na vida de pessoas em situação de refúgio  | 56        |
| Vulnerabilidades em saúde identificadas no contexto dos imigrantes na América Latina  | 59        |
| <b>Eixo 3 Migração e trabalho</b>   | <b>63</b> |
| Sociabilidade entre imigrantes nacionais (estabelecidos) e imigrantes venezuelanos ( <i>outsiders</i> ): cidade de Chapecó (SC) – 2013–2022 | 64        |
| Migração e trabalho: uma revisão narrativa  | 67        |
| A relação da categoria trabalho com os processos migratórios  | 70        |
| Proteção social e acesso aos benefícios previdenciários pelos imigrantes no Brasil  | 73        |
| Capitalismo e a produção de migrantes e refugiados: limites e potencialidades do sistema  | 76        |
| O trabalho em agroindústria para mulher migrante contemporânea: postulado ou renúncia?  | 79        |
| <b>Eixo 4 Migração e Direitos Humanos</b>   | <b>81</b> |
| Os migrantes e a agenda 2030  | 82        |
| Acesso a direitos e o refúgio venezuelano no Brasil em tempos de pandemia: um estudo de caso  | 85        |
| O conceito de cidadania cosmopolita diante do fenômeno das migrações transnacionais   | 89        |
| Missão consular em chapecó: um marco para a comunidade haitiana residente no oeste catarinense  | 92        |
| <b>Eixo 5 Migração e Acolhimento</b>  | <b>96</b> |
| As políticas públicas locais frente à crise migratória global   | 97        |
| A teoria do reconhecimento e a política migratória: contribuições para um acolhimento efetivo   | 99        |
| Apontamentos sobre o refúgio ambiental à luz do direito migratório internacional  | 102       |
| O “Gaiosc” e sua trajetória   | 105       |
| O papel do ensino de Língua Portuguesa na integração dos imigrantes   | 108       |
| Cartografar (com) mulheres migrantes  | 111       |
| Os desdobramentos da mediação intercultural frente à migração   | 113       |

|   |     |
|---|-----|
| Centro de acolhida para os imigrantes e refugiados no município de Chapecó (SC) | 116 |
| Sobre a organizadora  | 119 |

## Prefácio

A migração é sempre mais um fenômeno multifacetado, complexo, dinâmico e global. Misturam-se fluxos intercontinentais, intracontinentais e deslocamentos internos de migrantes internacionais procurando melhores oportunidades. As dinâmicas se modificam rapidamente dependendo da conjuntura econômica e política nacional, regional e internacional, gerando rápidas mudanças no cenário.

As migrações atuais diferem das chamadas migrações históricas do século XIX. Estas últimas tinham uma origem e um destino mais ou menos determinados. Atualmente, sabemos a origem dos fluxos migratórios, mas seu destino é incerto. Os mesmos migrantes, depois de deixarem seus países de origem, remigram com frequência de um país para outro, buscando sempre melhores oportunidades. Desta forma o lugar de destino se transforma por sua vez em novo lugar de saída. Esta realidade vale também para o Brasil, que é ao mesmo tempo país de imigração, emigração, trânsito e retorno.

Ao longo dos últimos cinco anos o Brasil passou por grandes transformações na área de migrações e refúgio. O fato mais marcante foi, certamente, o processo de discussão e entrava em vigor da nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017), que muda o paradigma até então presente no Estatuto do Estrangeiro de que a pessoa migrante seria uma ameaça à segurança nacional. Com a nova lei, as pessoas migrantes passam a ser tomadas como sujeitos de direitos, independentemente de nacionalidade ou condição documental, e incluídas como potenciais beneficiárias de políticas públicas.

No plano socioeconômico, as mudanças foram também relevantes. Movimentos já consolidados há uma década, como o de pessoas haitianas, ou surgidos há menos tempo, como o das pessoas venezuelanas, marcam ainda hoje o cenário migratório. Além disso, aumentou a busca pelo instituto do refúgio e, no processo de consolidação da nova Lei, novas formas de autorização de residência surgiram.

Em paralelo a isso, as demandas por saúde, assistência social e especialmente educação em favor de pessoas migrantes crescem em todo o país. Não há,

de modo algum, problema nisso. No entanto, percebemos que muitas estruturas do serviço público, de escolas e de universidades ainda pecam pela desinformação, pela falta de adaptação às características culturais e linguísticas e, ainda, pela não inclusão de pessoas migrantes como um recorte especial de seu público-alvo. Além disso, as previsões da Lei convivem com um cenário cada vez mais adverso de racismo, xenofobia e violações de direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo que o Brasil, como país de acolhida, dá com uma mão, tira com a outra.

Esses desafios não são apenas das pessoas migrantes, ou das organizações que promovem a defesa de direitos e a incidência política. Também a academia precisa enfrentar, num cenário de cortes crescentes, a missão de produzir conhecimento sobre a migração brasileira, e valorizar a cada vez mais numerosa comunidade de estudantes imigrantes em nosso país.

Por esse motivo, é com profunda alegria que participamos do I Seminário de Pesquisa sobre Migração – Fortalecendo Redes de Apoio, em conjunto com o I Encontro Sul-Brasileiro de Estudantes Imigrantes no Ensino Superior, em Chapecó/SC. Por três dias pudemos acompanhar a alegria de dezenas de estudantes, pesquisadores e pesquisadoras que encararam o desafio de apresentar seus trabalhos, debater, discutir a presença migrante no Brasil e vivenciar um ambiente de troca de ideias e reconhecimento mútuo. Os resultados desse encontro estão consolidados neste e-book, fruto da dedicação de tantas pessoas empenhadas na valorização da universidade brasileira. Por isso, tanto o evento como esta obra são motivos de muita alegria e esperança, que se materializa na lembrança de cada fala, trabalho e no brilho no olhar que vimos em tantas e tantos estudantes imigrantes em Chapecó.

Nossos parabéns, mais uma vez, às instituições organizadoras – UFFS, Unochapecó, Instituto Federal Santa Catarina – *Campus* Chapecó, Pastoral do Migrante e GAIROSC –, às pessoas envolvidas na preparação e execução do evento, às que apresentaram trabalhos e contribuíram com o e-book, mas, principalmente, a tantos e tantas imigrantes que, com sua presença cotidiana, constroem um Brasil cada vez mais plural, cosmopolita e humano.

*João Chaves*

Defensor Público Federal e Doutorando em Ciências Sociais na UFABC  
joao.chaves@dpu.def.br

*Padre Paolo Parise*

Diretor do Centro de Estudos Migratórios de São Paulo  
Coordenador da Missão Paz de São Paulo  
p.parise@missaonspaz.org

## Apresentação

**E**ste e-book congrega os resumos de trabalhos de pesquisa submetidos ao I Seminário de pesquisa em sobre migrações: fortalecendo redes de apoio e I Encontro Sul-Brasileiro de estudantes imigrantes na educação superior, realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó (SC), nos dias 22 e 23 de setembro de 2022.

Os trabalhos de pesquisa apresentados no evento estão organizados em cinco eixos:

Eixo 1 – Migração, educação e interculturalidade

Eixo 2 – Migração e saúde

Eixo 3 – Migração e trabalho

Eixo 4 – Migração e Direitos Humanos

Eixo 5 – Migração e Acolhimento

O evento foi organizado pela UFFS, em conjunto com Unochapecó, IFSC Campus Chapecó, Gairosc e Pastoral do Migrante, no intuito de oportunizar a pesquisadores a apresentação de suas pesquisas sobre a temática da migração, como também reunir especialistas, estudantes e pesquisadores para um diálogo franco e potente, de caráter científico e pedagógico.

Durante o evento presencial estiveram reunidas pessoas de diferentes instituições dos três estados do Sul, dentre elas estudantes imigrantes do ensino superior, os quais puderam compartilhar suas experiências com todos os presentes, fortalecendo o sentimento de pertencimento e valorizando as experiências pessoais e coletivas de todos.

Destaca-se que a UFFS possui, desde 2013, um programa de acesso ao ensino superior para estudantes imigrantes, tendo iniciado seu percurso nesse campo com a oferta de vagas para estudantes haitianos (Prohaiti) no primeiro processo seletivo específico para esse público e atualmente tem em andamento o Pró-Imigrante, Programa que possibilita o acesso ao ensino superior para candidatos de todas as nacionalidades.

Desse modo, a realização do I Seminário de pesquisa sobre migrações: fortalecendo redes de apoio e I Encontro Sul-Brasileiro de estudantes imigrantes na educação superior encontrou na UFFS o ambiente propício para ser realizado, pois contou com a participação presencial de estudantes de todos os campi que possuem alunos imigrantes matriculados. A expectativa é de que o referido evento se torne atividade permanente no calendário da UFFS, com periodicidade anual.

No decorrer do evento foi realizado também o lançamento da ideia da criação do Centro Interinstitucional de Estudos Migratórios da Região Oeste de Santa Catarina, nos moldes de outros Centros existentes no país, com o papel de preservar a memória dos movimentos migratórios que vem ocorrendo nos últimos anos, vindo a tornar-se um espaço de pesquisa e de construção de novos olhares sobre os movimentos migratórios desta região.

*Rosenei Cella*

Diretora de Políticas de Graduação da UFFS

**Imagens 1 e 2:** Grupo dos participantes do I Seminário de pesquisa sobre migrações: fortalecendo redes de apoio e I Encontro Sul-Brasileiro de estudantes imigrantes na educação superior (Dias 22 e 23 de setembro de 2022.)



Fonte: UFFS – Fotos (crédito das fotos??)



**EIXO 1**  
**Migração, educação e interculturalidade**





## A PRESENÇA HAITIANA NA UFFS: COM A PALAVRA OS PROTAGONISTAS

Lucélia Peron

Universidade Federal da Fronteira Sul  
lucelia.peron@uffs.edu.br

Rosenei Cella

Universidade Federal da Fronteira Sul  
rosenei.cella@uffs.edu.br

**RESUMO:** Este texto analisa o ingresso e a permanência de imigrantes haitianos na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), amparados por uma ação institucional específica denominada Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – Prohaiti, instituído pela Resolução n. 32/2013 – CONSUNI. De acordo com a referida normativa, a promoção de um ingresso diferenciado para este público na universidade tem como objetivo primeiro contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação, e, em segundo, qualificar profissionais para que, ao retornarem, possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti. O referido Programa foi implantado em 2014, por meio de processo seletivo especial, com a oferta de vagas suplementares em cursos de graduação. No primeiro ano, embora fossem ofertadas vagas em todos os campi, apenas houve candidatos inscritos, aprovados e matriculados nos cursos do Campus Chapecó. Daquele período até 2017, as vagas foram ofertadas exclusivamente no Campus Chapecó em função da maior presença de

haitianos na região Oeste de Santa Catarina. A partir de 2018, os campi Erechim, Laranjeiras do Sul, Realeza e Cerro Largo voltaram a disponibilizar vagas, atendendo à procura de estudantes haitianos em sua região de abrangência. O campus Chapecó sempre se destacou em relação à oferta e procura por vagas e, conseqüentemente, Chapecó é o município com campus da UFFS com maior número de matrículas. Como resultado do histórico do referido programa, dados institucionais de julho de 2022 atestam que 11 alunos que ingressaram pelo Prohaiti graduaram-se até o momento, nos seguintes cursos de graduação: Administração (3); Agronomia (3); Ciências Sociais (1); Geografia (1); Matemática. Além disso, há mais de 160 estudantes com matrículas ativas, em cinco campi. Com a intenção de conhecer as percepções dos estudantes a respeito da inserção na universidade e das ações de permanência, bem como identificar sugestões que eles propõem para a UFFS, foi aplicado um questionário a esses estudantes. A partir das respostas obtidas até o momento, observa-se que os estudantes haitianos demonstram uma satisfação muito grande em estarem na universidade, porém enfrentam muitos desafios provenientes tanto de questões culturais quanto de limitações decorrentes da sua condição econômica e social. Dentre as principais dificuldades enfrentadas por eles estão: financeira; o domínio da língua portuguesa; conciliar trabalho, família e estudo; o preconceito; adaptação e integração; fazer trabalhos em grupo; apresentar trabalhos. Dentre as ações desenvolvidas pela universidade que contribuíram para a permanência, eles citam: os auxílios financeiros; a maneira como os professores ensinam e conduzem as aulas; a empresa “júnior” e oportunidades para realização de estágio. Também indicam sugestões a serem adotadas pela universidade: fazer formação com os professores sobre os imigrantes, para que eles compreendam as dificuldades em relação à língua portuguesa; ampliar o valor dos auxílios financeiros; ofertar mais vagas para imigrantes; promover atividades de sensibilização para a integração mais adequada dos imigrantes; ouvir regularmente o que os estudantes imigrantes têm a dizer. A comunidade haitiana tem apostado na educação superior para garantir um futuro melhor. O Prohaiti representa um esforço institucional da UFFS para fortalecer esse grupo social e firmar-se como entidade que possui um papel diferenciado nas regiões em que está inserida, propiciando oportunidades de acesso e permanência no ensino superior.

**Palavras-chave:** Universidade. Acesso. Permanência. Imigrantes haitianos.

## Referências

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Conselho Universitário. **Resolução n. 32/2013 – CONSUNI**. Institui o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos - PROHAITI e dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das atividades do programa. Chapecó (SC), 12 de dezembro de 2013. Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) da UFFS.



## **IMPACTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA IDENTIDADE DO SUJEITO MIGRANTE: ESTUDO DE CASO DE UMA MIGRAÇÃO SUL**

Matheus Lira Bento  
Universidade Federal de Pelotas  
matheuslirabento@gmail.com

Ana Paula Dittgen  
Universidade Católica de Pelotas  
anapaula.dittgen@gmail.com

**RESUMO:** Os vínculos identitários em contextos interculturais da pós-modernidade são cada vez mais discutidos, de maneira que se buscam critérios que fundamentem de que forma os cidadãos relacionam-se com o território e quais os novos conceitos de territorialidade. O Brasil se sedimenta como um país de trânsito, num contexto em que os fluxos migratórios crescem e modificam-se constantemente. Pode-se dizer, conforme elabora Stuart Hall (2005), que atualmente o mundo vive uma “crise de identidade”, oriunda de um vasto processo de mudanças ocorridas nas sociedades modernas, decorrentes do deslocamento das estruturas e processos centrais dessas sociedades, atingindo os antigos quadros de referência que proporcionavam aos indivíduos certa estabilidade no mundo social. A modernidade, segundo Hall (2005), provoca a fragmentação da identidade, uma vez que as paisagens culturais de gênero,

classe, etnia, sexualidade, raça e nacionalidade não mais garantem “sólidas localizações” para os indivíduos, podendo-se averiguar agora um quadro de descentralização, deslocamentos e ausência de referentes determinados ou sólidos para as identidades, até aquelas que se fundamentam numa ideia de nação. Não somente Stuart Hall (2005), mas outros pensadores também se debruçam sobre o tema da identidade em um mundo cada vez mais pautado sob a interculturalidade, como Avatar Brah (1996) e, especialmente com foco na América Latina, Néstor Garcia Canclini (2008). Assim, surge o interesse em analisar o impacto do processo migratório na concepção da identidade do imigrante internacional. Para a presente pesquisa, a fim de atingir o objetivo proposto, optou-se por utilizar o método qualitativo, por meio de in depth interview no estudo de caso de um imigrante venezuelano na cidade de Pelotas/RS, no sul do Brasil. Com isso, não se pode perder de vista que no presente estudo de caso estamos diante de uma migração entre países latino-americanos e do sul global. Desde a última década, a Venezuela passa por uma forte crise humanitária e migratória, que levou, até o presente momento, cerca de seis milhões cidadãos a deixar o país em deslocamento forçado (OIM, 2022), tendo em vista a situação de desrespeito generalizado aos Direitos Humanos que vivencia a população venezuelana em decorrência de uma ampla crise socioeconômica e política, reconhecida em âmbito internacional. Nesse contexto, expostos a uma migração pela qual não ansiavam e não pretendiam, o sujeito se vê cercado por traços culturais diversos do que teve contato até o momento. O sujeito que vivencia essa realidade de constantes contatos e divergências culturais é chamado por Stuart Hall (2005) de sujeito pós-moderno ou pós-colonial, se contrapondo ao sujeito moderno, também chamado de sujeito cartesiano. Complementando a ideia de fragmentação do sujeito pós-moderno, Homi Bhabha (1998) destaca que nos encontramos em um momento de trânsito onde espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas cujas identidades são extremamente fragmentadas e em um constante processo de construção, e exatamente por isso, levando a certa sensação de desorientação e algumas vezes até mesmo de exclusão. Como resultado preliminar, é possível apontar que o processo migratório afetou de forma direta a percepção do entrevistado acerca da cultura de seu país de origem, assim como de sua identidade pessoal. Em contato com uma cultura latino-americana diversa da que estava acostumado, o sujeito aponta mudanças na sua concepção sobre a cultura venezuelana e sobre a cultura latino-americana de forma geral. Além disso, foi possível compreender que enquanto sujeito migrante, o entrevistado

foi capaz de refletir sobre situações de violência que sofreu no passado enquanto homem homossexual, o levando a reconsiderar aspectos de sua identidade pessoal.

**Palavras-chave:** Migrações Internacionais. Identidade. Interculturalidade.

**Apoio Financeiro:** CAPES; Bolsa de Demanda Social.

## Referências

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

BRAH, Avatar. **Cartographies of diaspora: contesting identities**. 1. ed. Editora Routledge, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: editora Iluminuras, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Venezuelan refugee and migrant crisis**. Disponível em: <https://www.iom.int/venezuelan-refugee-and-migrant>. Acesso em: 17 ago. 2022.



## O IMIGRANTE ESTUDANTE NO NOVO ENSINO MÉDIO: CIDADANIA E MATEMÁTICA

Márcia Giesel Zamadei

Unochapecó

marcia.zamadei@unochapeco.edu.br

Leonel Piovezana

Unochapecó

leonel@unochapeco.edu.br

**RESUMO:** Entender os processos de ensino aprendizagem da matemática e as mudanças que vem ocorrendo, nos instigou a estudar a proposta de implementação do novo ensino médio (NEM). A proposta do novo ensino entrou em vigor no início do ano de 2022, quando da implantação obrigatória para todas as escolas públicas do Brasil, conforme a Lei n. 13.415/2017. Formar alunos que sejam atuantes na sociedade, instigar os estudantes para exercer seus direitos de cidadania. Mas o que é se entende por cidadania? Piovezana (2012) traz cidadania como um estado de espírito e uma postura permanente que leva as pessoas a agirem, individualmente ou em grupo, com objetivos de defesa de direitos e de cumprimento de deveres civis, sociais e profissionais. A Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) traz um debate sobre diversidade, com vistas ao reconhecimento de que todos somos diferentes. Para Piovezana (2019) a presença do imigrante tem provocado na população novos olhares, novas reflexões e, igualmente, novos comportamentos e atitudes. Ou

seja, para além de um recolorir de etnias, crenças, costumes, valores, estilos, emergiram outras demandas. No Universo da educação por exemplo, a exigência de conhecer e aprender outra língua para estabelecer o diálogo, a comunicação, o entendimento e, conseqüentemente, o acesso e a obtenção aos direitos básicos. Durante o decorrer da pesquisa para dissertação do Mestrado em Educação, nos deparamos com estudantes imigrantes, frequentado o novo ensino médio e que apontaram dificuldades na interpretação e entendimento de atividades propostas nos componentes relativos à matemática. Considerando relato de professores, imigrantes haitianos têm se destacado na compreensão e desenvolvimento de atividades de matemática, o que nos instiga a pesquisar, pensar, planejar e buscar alternativas para melhor atender aos estudantes imigrantes e melhorar nossos processos de ensino aprendizagem. Diante dessas perspectivas, entendemos que a escola e a sociedade, de modo geral, não estão preparadas para atender essa nova demanda, que são as dos imigrantes que chegaram e estão chegando no Brasil. Os estudantes apresentam dificuldades em se adaptarem às escolhas do novo ensino médio e nossa problematização está na questão: como potencializar o conhecimento da matemática originário de suas culturas e nos seus métodos de ensino? Muitas escolas já têm apresentado trabalhos e atendimento diferenciados para com o imigrante, mesmo que tímidos, ainda há muito a fazer, repensar, reestruturar. As políticas educacionais ainda não apresentam em seus documentos um estudo sobre o imigrante. Precisamos formar, estudar e buscar alternativas para melhorar a adaptação, aprendizagem e o olhar dos alunos das nossas escolas para com os novos que estão chegando. O novo ensino médio em sua grade não apresenta documentos onde se fala em imigrante.

**Palavras-chave:** Imigrante. Matemática. Novo Ensino Médio.

**Apoio Financeiro:** Bolsista Unochapecó

## Referências

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 23 out. 2021.

PIOVEZANA, Leonel; BRUNETO, Valnei. O fenômeno migratório haitiano e sua implicação no universo da educação. *In*: POZZER, Aldecir; CECCHETTI, Elcio; DÍAZ, José María Hernández. (org.) **Migración, interculturalidad y educación**: Impactos y desafíos. Chapecó/Espanha: Argos/Universidade de Salamanca. 2019. p. 645-668.

PIOVEZANA, Leonel. Espaço, poder, educação e cultura dos territórios indígenas. *In*: PAIM, Alison Antonio; RABELO, Giani; COSTA, Marli de Oliveira. (org.). **História, Educação e Cultura escolar**. Chapecó: Argos, 2012. p. 195-214.

SANTA CATARINA, Secretaria Estadual de Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Formação integral na Educação Básica. 2014, 192p.



## **INSERÇÃO DE ESTUDANTES HAITIANOS NA UFFS – *CAMPUS ERECHIM*: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA DE EXTENSÃO “DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA: COMPARTILHAR SABERES PARA QUEBRAR BARREIRAS”**

Roselaine de Lima Cordeiro

Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim

roselainelcordeiro@gmail.com

Stephanie Toussaint

Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim

nivhacreole@gmail.com

**RESUMO:** A criação do Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos (PROHAITI) foi uma grande conquista para este público e uma oportunidade ímpar para a UFFS contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação. Nessa direção, ressaltamos que a chegada dos estudantes haitianos ao Campus Erechim colocou ainda mais em evidência as várias línguas que compõem a comunidade acadêmica e regional. Vale destacar que “[...] a diversidade cultural e linguística é a norma nas esferas local e internacional [...] devem ser vistas como recursos, como bens culturais a serem adquiridos [...]” (MELLO, 2010, p. 137-138). Face ao exposto, foi criado

um programa de extensão com a perspectiva de dar visibilidade e voz a uma parte dessa diversidade linguística; ademais, com o foco em "Inserir os estudantes estrangeiros na cultura acadêmica e fazer com que sejam vistos e valorizados em sua cultura e saberes" (UFFS, 2020). Assim, este trabalho tem como objetivo evidenciar as ações do programa de extensão "Diversidade linguística: compartilhar saberes para quebrar barreiras", o qual ocorreu em 2019 e está na sua segunda edição em 2022. Uma das principais ações a ser ressaltada, na primeira edição, foi a oferta de cursos de línguas, dentre eles: *crèole* haitiano, espanhol, francês e inglês, ministrados em sua maioria por estudantes haitianos. A segunda ação a ser destacada tem como pilar a voz, o espaço e a visibilidade propiciada aos estudantes haitianos ministrantes desses cursos tanto em relação à sua língua quanto no que diz respeito à sua cultura, considerando seus conhecimentos e experiências de vida. A terceira ação está relacionada às bolsas de extensão destinadas ao programa, para as quais a condição de acesso era ser estudante haitiano do campus, critério este definido pela coordenação do programa. É importante salientar que todos os encontros nessas vivências em línguas, realizados semanalmente, tiveram como foco a interculturalidade. Desse modo, podemos enfatizar a proximidade entre os ministrantes e participantes, sujeitos que têm diferentes saberes linguísticos e culturais a serem compartilhados; e o rompimento de barreiras no que se refere a aspectos linguísticos, comunicativos e sociais, haja vista que "Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (FREIRE, 1996). Vale pontuar que, na primeira edição, 34 pessoas foram certificadas. Dado esse percurso exitoso, em 2022, ocorre a segunda edição do programa com a oferta de cursos de línguas, dentre eles, *crèole* haitiano e francês, ministrados por acadêmicos haitianos. Além disso, mais uma vez as bolsas foram disponibilizadas prioritariamente para os estudantes haitianos do campus. A partir dessa trajetória, concebemos que tais ações no âmbito do programa culminam em questões bastante significativas, tais como: o acolhimento desses sujeitos na cultura acadêmica, fazendo com que se sintam valorizados e reconhecidos no espaço universitário, estreitando laços e estabelecendo diálogos para além do ambiente formal da sala de aula; a permanência desses acadêmicos na instituição e nos cursos, haja vista a possibilidade de bolsa que pode auxiliá-los nas suas despesas financeiras; e o papel potencial da extensão que, como um dos tripés da universidade, proporciona espaço para ações como essa, em que os estudantes assumem o protagonismo das atividades e podem interagir tanto com a comunidade acadêmica quanto com a comunidade regional. Por fim, ressaltamos que

estes programas contribuem para a construção de uma universidade para todos, pois oportunizam acesso aos estudantes haitianos (PROHAITI) e sua efetiva permanência no ensino superior (programa de extensão), ao valorizar sua cultura e o estreitamento dos vínculos com a comunidade acadêmica.

**Palavras-chave:** Acolhimento de estudantes haitianos. Saberes compartilhados. Língua e cultura.

**Apoio Financeiro:** UFFS; Bolsas de Extensão

## Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/9.-Pedagogia-da-Autonomia.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MELLO, Heloísa Augusta Brito de. Educação bilíngue: uma breve discussão. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n. 1, p. 118-140, 2010.

UFFS. **Relatório Final do Programa de Extensão em Diversidade linguística:** compartilhar saberes para quebrar barreiras. 2020.

UFFS. **Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos – PROHAITI**, Resolução n. 32/2013 – CONSUNI. 2013.



## **AÇÕES DIDÁTICO–PEDAGÓGICAS ADOTADAS PELOS PROFESSORES QUE ATUAM COM ESTUDANTES IMIGRANTES**

Marlene Eggert

Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas

ma.eggert@hotmail.com

**RESUMO:** Historicamente as pessoas migram por motivações diversas e o Brasil, nos últimos anos, tem sido uma das rotas migratórias. Assim, com a mobilidade das pessoas, os contextos educacionais tornam-se cada vez mais pluriculturais, onde circulam a diversidade de etnias, línguas, saberes e diferentes expressões culturais. O presente estudo é fruto da dissertação de mestrado “Por um currículo para a educação linguística de estudantes imigrantes na perspectiva intercultural”, que teve como um dos objetivos específicos: Conhecer ações didático-pedagógicas relacionadas aos estudantes imigrantes. Para isso, realizamos uma pesquisa de campo com treze estudantes imigrantes de cinco nacionalidades e treze professores/as que atuam com este mesmo público, a fim de compreender os desafios enfrentados pelos estudantes, bem como as ações didático-pedagógicas adotadas pelos docentes. O trabalho está vinculado ao Grupo de Pesquisa Estudos Linguísticos e Internacionalização do Currículo – Linha de Pesquisa: Práticas Docentes e Formação Profissional - do Programa de Pós-Graduação

em Educação da Universidade do Vale do Itajaí-SC. Para a análise dos dados empregamos como método a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016, p. 123). No que concerne à abordagem trata-se de uma pesquisa de viés qualitativo, e, em relação aos objetivos, um estudo de caráter exploratório. Para fundamentar a análise, este trabalho tomou como referência diversos autores que discutem políticas linguísticas, entre os quais podemos citar: Oliveira (2004); Bagno e Rangel (2002, 2005); Grosso (2010); Maher, Rajagopalan, Rojo, Garcez, Altenhofen (2013); Amado (2013); Lemke (2016); Moura e Costa-Hübes (2017); Lopez (2018); São Bernardo e Barbosa (2018). Moreira e Candau (2014), Luna (2018), Silva (2020), nos ajudam a refletir a respeito de um currículo intercultural. A partir das narrativas dos estudantes e docentes constatamos que hoje temos leis em vigor que amparam, orientam e regem os procedimentos na hora da matrícula dos estudantes imigrantes, portanto o acesso à escola de certa forma está garantido. Entretanto, a dificuldade mais apontada pelos estudantes e professores é o idioma. A falta de conhecimento do idioma, neste caso a língua portuguesa, é um dos grandes desafios enfrentados pelos estudantes imigrantes, bem como pelos professores que também não conhecem o idioma dos alunos imigrantes. Os docentes entrevistados manifestaram que adotam diferentes estratégias para comunicar-se com os estudantes imigrantes. Essas estratégias agrupamos em sete subcategorias: Ajuda de outro estudante ou pessoa da mesma nacionalidade como tradutor/a; uso de gestos e mímicas; exercício do idioma deles; utilização de recursos visuais: imagens, slides, panfletos e apostilas; comunicando-se através de outros idiomas: espanhol, inglês, francês; exercício de falar devagar, com paciência e persistência; uso do aplicativo Google tradutor. A presente pesquisa indicou a necessidade de busca por políticas linguísticas que reconheçam a diversidade de línguas. Do mesmo modo, houve indicações, por parte dos docentes, da necessidade de proporcionar espaços de formação com os professores/as, objetivando discutir ações didático-pedagógicas na perspectiva da educação intercultural.

**Palavras-chave:** Estudantes imigrantes. Professores/as. Ações didático-pedagógicas.

## Referências

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. *In*: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Org). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

BRASIL. **Resolução n. 1**, de 13 de novembro de 2020. DOU, publicado em: 16/11/2020. Edição: 218, seção: 1, p. 6. Órgão: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152> Acesso em: 27 set. 2021.

LUNA, José Marcelo Freitas de (Org). Internacionalização do currículo e educação intercultural: aproximações à luz da sociologia das ausências e da sociologia das emergências. *In*: **Internacionalização do Currículo** – Educação – Interculturalidade, cidadania global. Campinas (SP): Pontes Editores, 2018, 2. ed, p. 33-53.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política Linguística, Política Historiográfica** - Epistemologia e escrita da História da(s) Língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270463>. Acesso em: 10 abr. 2021.

RAJAPAGOPALAN, kanavillil. Política linguística: do que é que se trata, afinal? *In*: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Org). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ROJO, Roxane. Caminhos para a LA: Política linguística, política e globalização. *In*: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. Pgs. 63-78.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de; BARBOSA, Lúcia Maria Assunção. Ensino de Português como língua de acolhimento: experiência em um curso de português para imigrantes e refugiados no Brasil. *In: Revista de Letras*. Vitória da Conquista. v. 10, n. 1, p. 475-493, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/4045/3417>. Acesso em: 23 maio 2020.

SANTA CATARINA. **Portaria n. 3030**, de 1º de dezembro de 2016. DOESC. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/133358325/doesc-14-12-2016-pg-10>. Acesso em: 10 mar. 2021.



## EXPERIÊNCIAS DE ENSINO–APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA IMIGRANTES

Cláudia Andrea Rost Snichelotto  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
claudiarost@uffs.edu.br

Fabrcio Romani  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
fabricioz.1.2@hotmail.com

**RESUMO:** Nesta comunicação, apresentamos uma pesquisa em desenvolvimento que se dedica à análise da experiência de professores bolsistas e voluntários em cursos de extensão de Português Brasileiro para imigrantes e refugiados residentes no Oeste de Santa Catarina. A fim de produzir um estudo que oriente o trabalho teórico e prático do docente no campo do ensino de línguas estrangeiras, pretende-se realizar entrevistas, a partir de um questionário estruturado, com docentes que atuaram no ensino de português brasileiro para imigrantes na busca de revelar os principais desafios encontrados no planejamento e na execução das aulas. A pesquisa procura investigar (i) as dificuldades encontradas pelos docentes no planejamento das aulas e na elaboração dos materiais didáticos voltados à temática dos cursos de Português Língua Estrangeira (PLE)/Português Língua Adicional (PLA); (ii) a importância da formação do professor de português para imigrantes e refugiados no atual contexto da sociedade brasileira e internacional.

Espera-se com este estudo possibilitar a prática reflexiva dos (futuros) docentes de línguas estrangeiras.

**Palavras-chave:** Ensino. Português brasileiro. Imigrantes.

## Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. (org.). **Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira**. Campinas: Pontes, 1989.

CABETE, M. S. **O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento**. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Universidade de Lisboa, 2010.

CHAGAS, L. A. Formação de Professores de Português para estrangeiros na contemporaneidade: cenários, desafios e possibilidades. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 8, n. 3, set. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35572/rlrv8i3.1445>. Acesso em: 30 maio 2022.

CRUZ, M. V; GALUCH, M. T. B; SFORNI, M, S de F. Aprendizagem da Linguagem Escrita: condição para o exercício da cidadania. ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL, 16. **Anais [...]**; SEMINÁRIO “LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO”, V, sessão XII, 2007.

GROSSO, M. J. **Língua de acolhimento, língua de integração**. Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n. 2, Brasília, 2010.

MARTINEZ, P. **Didática de Língua Estrangeira**. São Paulo: Parábola, 2009.

SÃO BERNARDO, M. A. de; BARBOSA, L. M. A. Ensino de Português como Língua de Acolhimento: experiência em um curso de Português para imigrantes e refugiados(as) no Brasil. **Fólio - Revista de Letras**, v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/folio.v10i1.4045>. Acesso em: 6 jun. 2022.

SNICHELOTTO, C. A. R; LAIÑO, M. J; GRITTI, T. Centro de Línguas da UFFS: Espaço de Formação de Professores em Letras e de Ensino de Línguas. *In*: CAMBRUSSI, M. F. **Na trajetória das Letras**: reflexões sobre a construção coletiva da experiência acadêmica na UFFS. UFFS Editora, 2022.



## ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS MIGRANTES OFERTADO PELA UFFS

Cláudia Andrea Rost Snichelotto  
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
Coordenadora Adjunta do CeLUFFS  
claudiarost@uffs.edu.br

Luiz Carlos Rodrigues  
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
Prefeitura de Chapecó - Centro de Atendimento ao Imigrante  
luiz.rodrigues@estudante.uffs.edu.br

**RESUMO:** A Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, oferta por meio do Centro de Línguas, desde 2017, cursos livres de Português Língua Adicional para imigrantes e refugiados residentes em Chapecó e região, implementados por meio de projetos de extensão do curso de Letras (CAMBRUSSI, 2022). Em 2019, em parceria com o Programa de Educação Tutorial, foi promovido na Escola Básica Municipal Jardim do Lago, o primeiro curso de Português Língua de Acolhimento para crianças crioulo-falantes. O projeto “O português brasileiro: brincando e aprendendo” visava desenvolver a comunicação das crianças para inclusão delas no ambiente escolar chapecoense. As habilidades linguísticas foram desenvolvidas através de atividades e brincadeiras voltadas a temáticas presentes na escola e na

infância chapecoense. A abordagem intercultural promove a integração de diferentes realidades linguísticas, culturais e políticas e o respeito às diferenças culturais (PAIVA, 2018), por isso os alunos também compartilhavam suas experiências para garantir a manutenção de suas raízes e contribuir para compreensão das atividades do curso. “É neste contexto que surge o conceito de interculturalidade, usado para indicar um conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade [...]” (VASCONCELOS, 2007, p. 23). Durante o projeto, foi relatado o avanço na proficiência dos alunos em português brasileiro e a diminuição das situações negativas outrora observadas pelo professor bolsista no ambiente escolar. Além disso, a ação contribuiu para promoção das garantias previstas na legislação nacional e catarinense com relação ao direito à educação do migrante.

**Palavras-chave:** Ensino. Crianças. Português como língua de acolhimento.

## Referências

BRASIL, **Lei n. 9.474**, 22 de julho de 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de maio de 2017a. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm) . Acesso em: 05 ago. 2022.

ROST SNICHELOTTO, Cláudia Andrea; LAIÑO, Maria José; GRITTI, Tatiana. Centro de Línguas da UFFS: espaço de formação de professores em letras e de ensino de línguas. In: CAMBRUSSI, F. M. (org.). **Na trajetória das letras: reflexões sobre a construção coletiva da experiência acadêmica na UFFS**. Chapecó, Editora da UFFS, 2022. p. 29-47.

PAIVA, A. F. **A interculturalidade no ensino de línguas estrangeiras: problematizando o termo competência comunicativa intercultural**. 153 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

SANTACATARINA. **Lei n. 18.018**, de 9 de outubro de 2020. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2020/18018\\_2020\\_lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2018.018%2C%20DE%209%20DE%20OUTUBRO%20DE%202020&text=Insti-tui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20para,no%20Estado%20de%20oSanta%20Catarina.&text=IV%20%E2%80%93%20fomentar%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20social,coordenadas%20com%20a%20sociedade%20civil](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2020/18018_2020_lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2018.018%2C%20DE%209%20DE%20OUTUBRO%20DE%202020&text=Insti-tui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20para,no%20Estado%20de%20oSanta%20Catarina.&text=IV%20%E2%80%93%20fomentar%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20social,coordenadas%20com%20a%20sociedade%20civil). Acesso em: 15 ago. 2022.

SOARES, L. F. **Proposta de material didático multinível para a aula de português como língua de acolhimento**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.



## ESCOLA E MIGRAÇÕES: ENTRELAÇAMENTOS

Caroline da Rosa Couto  
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC  
rosacouto.c@gmail.com

Betina Hillesheim  
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC  
betinahillesheim@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar as discussões que vêm sendo realizadas na construção do projeto de pesquisa de doutorado “Entre infâncias – escola e migrações: histórias para minorar a conversa do mundo”, que busca compreender como se dá o encontro entre a escola e as migrações e o que pode acontecer neste encontro entre uma e outra, no bojo do fenômeno das migrações contemporâneas. Nas últimas décadas, a leitura dos fluxos migratórios como uma questão que ocupa as agendas nacionais e internacionais com medidas e pactos que ora enfatizam acolhidas, ora reforçam a criação de fronteiras concretas e simbólicas, vêm, gradativamente, ocupando mais espaço, com o ápice acontecendo na última década, através de números recordes de populações em deslocamento. Desde então, a cada ano, as estatísticas apontam para estimativas maiores nos fluxos migratórios internacionais, chegando no início de 2021 a marca de 281 milhões de pessoas, o equivalente a 3,6% da população mundial. O Brasil também

compõe a rota migratória contemporânea, tanto pela emigração, quanto pela imigração. As estimativas indicam que o número de imigrantes no país, em 2020, foi estimado em cerca de 1,1 milhão, o que representa 0,5% do total da população brasileira. São pessoas que chegam e inflexionam: a língua, o território, as políticas públicas, as instituições. As crianças acessam as escolas. No caso do Brasil, as instituições de ensino básico são legalmente obrigadas a garantir o acesso das crianças migrantes, pela legislação nacional que diz respeito às crianças e aos adolescentes, a legislação da educação básica e a legislação migratória adotada pelo país. Entretanto, embora importante, a legislação não traz garantias, nem mesmo para o acesso que defende, menos ainda para a orientação do processo, a possibilidade de permanência e a experiência de encontro. E mesmo com as estatísticas aumentando, ainda há uma série de silêncios sobre este encontro: escola e migrações. Frente a isto, a proposta de pesquisa se articula com escolas de educação básica que tem recebido estudantes imigrantes, no sul do Brasil, mais especificamente, na cidade de Venâncio Aires – município reconhecido como Cidade Acolhedora pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) e que integra a Operação Acolhida, programa de interiorização elaborado em parceria entre o governo brasileiro e a ONU. Para tanto, como processo teórico metodológico, foi escolhida a cartografia, inspirada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), como experiência de acompanhar processos mais do que representar estados de coisa. Assim, os primeiros encontros com os/as professoras, os/as estudantes (imigrantes e não imigrantes) e as famílias, apontam que o que acontece quando a educação, em sua forma escola, com uma História tão longa e cheia de histórias de ordem e brechas, encontra as migrações contemporâneas, também marcadas na História e com histórias e conexões tão múltiplas, passa pela transformação de uma e de outra: colocando em xeque o currículo, a estrutura e a organização da escola, ao tempo em que rasura os discursos que dizem das migrações apenas como crise e perigo. É assim que as placas da escola podem se transformar em trilingües e as aulas – de História, por exemplo – em grandes espaços de espaços de questionamento. Quando esses dois projetos, modernos-coloniais, se encontram, acontecem novas e outras histórias, que podem minorar a conversa do mundo, instaurando novas perguntas. Quais as invenções possíveis para a escola e as migrações, no contemporâneo? Perguntas necessárias e impossíveis. Respostas sempre faltantes, geradoras de outras perguntas. Não seria esse o próprio movimento da educação?

**Palavras-chave:** Educação. Escola. Migrações contemporâneas.

**Apoio Financeiro:** PROSUC/CAPES (bolsa de doutorado).

## Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs. *In: Capitalismo e Esquizofrenia*, v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 94p. (COLEÇÃO TRANS).



## **POLÍTICA EDUCACIONAL E MIGRAÇÃO HAITIANA: UM ESTUDO COMPARADO DOS CURRÍCULOS DE BIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO DO BRASIL E DO HAITI**

Karin Aline Henzel  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
karin.henzel@estudante.uffs.edu.br

**RESUMO:** A referida pesquisa, vinculado à linha de pesquisa de Políticas Educacionais do Mestrado em Educação, da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), teve como propósito investigar de forma comparativa os currículos para o ensino médio do Brasil e do Haiti, verificando possíveis influências nos jovens imigrantes haitianos quando inseridos no ensino médio brasileiros. Também, no campo das políticas educacionais, identificar e problematizar políticas relacionadas à educação de populações imigrantes no Brasil. O Brasil pode ser considerado um país construído por meio da imigração, pois recebeu imigrantes de diversas partes do mundo, principalmente até a década de 1960 (BAENINGER; PERES, 2017). Da forma com que a globalização vem se concretizando, o fluxo migratório no Brasil também demonstrou grandes mudanças. Reis (2011) destaca que o Brasil se tornou um país atraente como destino de países vizinhos pela estabilização econômica e pelo crescimento do país. Isso fez com que consideremos a imigração haitiana dos últimos anos ao comparar

os currículos, que, segundo SACRISTÁN (2013, p. 23), “é uma construção onde se encontram diferentes respostas a opções possíveis [...] Não é algo neutro, universal e imóvel, mas um território controverso e mesmo conflituoso a respeito do qual se tomam decisões, são feitas opções e se age de acordo com orientações que não são as únicas possíveis.” Ainda, é de natureza humana fazer comparações. Podemos definir a comparação como o estudo e observação de dois ou mais objetos, fenômenos e acontecimentos para descobrir suas relações, e observar suas semelhanças e diferenças. Quando utilizada de forma específica e sistematizada, damos à comparação um caráter científico, que pode ser chamado de método comparativo, que quando aplicado à educação, denominamos Educação Comparada. (CABALLERO *et al.*, 2016) Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Na metodologia utilizou-se as etapas dos estudos comparados em educação: descritiva, interpretativa, de justaposição, explicativa e prospectiva, identificando semelhanças, diferenças e tendências. O recorte espacial correspondeu ao nível 2 de países da região de América Latina e Caribe e o recorte temporal incidiu nas políticas curriculares contemporâneas de Ciências Biológicas (BNCC e Document-Programme du Secondaire) vigentes nos dois países. Para o trabalho com documentos e legislação utilizou-se análise documental. Os resultados da pesquisa apontam que há poucas semelhanças nos conteúdos nos dois países, muitas diferenças em relação a conteúdos, como inexistência de temáticas nos currículos haitianos e carga horária menor no ensino médio do Haiti. Análises demonstraram que, além dessas diferenças curriculares significativas, a língua e a fragilidade da legislação brasileira referente a populações migrantes tendem a aumentar as dificuldades desses estudantes no sistema escolar brasileiro. Destaca-se ainda a necessidade de políticas públicas que assegurem direitos e acesso com qualidade dos imigrantes haitianos no sistema educacional brasileiro, incluindo preparo para docentes e programas específicos de ensino da língua portuguesa para os estudantes haitianos.

**Palavras-chave:** Currículo. Estudo Comparado. Imigrantes Haitianos.

**Apoio Financeiro:** Sem apoio financeiro.

## Referências

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0017>.

CABALLERO, Angela *et al.* Investigación en Educación Comparada: Pistas para investigadores noveles. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada**, Buenos Aires, n. 9, p. 39-55, 2016. Disponível em: <http://www.saece.com.ar/relec/revistas/9/art3.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 47-69, jun. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292011000100003>.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas do Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.



## **A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS IMIGRANTES NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DO QUE AS PRÓPRIAS CRIANÇAS TÊM A NOS DIZER**

Vanderleia Santolin

UNOCHAPECÓ

leiasantolin@unochapeco.edu.br

Orientadora

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Luiza Pit Dal Magro

UNOCHAPECÓ

mapit@unochapeco.edu.br

**RESUMO:** A imigração é um fenômeno social que vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, o qual altera tanto a vida daqueles que migram, quanto dos que recebem os imigrantes. Frente a este fenômeno, destaca-se a imigração das crianças, bem como o baixo número de pesquisas que envolvam a escuta das mesmas. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo compreender como se dá a participação das crianças imigrantes nos tempos e espaços do Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM), por meio do que as próprias crianças têm a nos dizer. O embasamento teórico transita na perspectiva da Sociologia da Infância, destacando-se as contribuições

de Sarmiento (2003 2005, 2007), Fernandes (2009, 2016 ), Corsaro (2011) e Borba (2007). Em se tratando da construção histórica da infância, destacam-se os estudos de Ariès (1981) Kuhlmann (1998) e Barbosa (2006). Em relação à metodologia, esta pesquisa é de abordagem qualitativa, envolvendo a participação de crianças imigrantes e seus pares. Teve como Lócus um CEIM de Chapecó, Santa Catarina, selecionado pela Secretaria Municipal de Educação do município. A produção de dados aconteceu a partir de observações, rodas de conversas, desenhos e contação de história. Escutar as crianças é a proposta central desta pesquisa e, neste sentido, foram considerados e respeitados todos os cuidados éticos e metodológicos que consideram as especificidades da pesquisa com crianças. Ouvir as crianças imigrantes e seus pares foi sem dúvida uma maneira desafiadora de entender as relações sociais estabelecidas nas instituições de educação infantil. A análise das informações se deu por meio da análise temática de conteúdo de Minayo (2001). Os resultados desta pesquisa nos trazem importantes apontamentos no sentido de que o número de crianças imigrantes matriculadas nos CEIMs de Chapecó vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. Os países de origem destas são principalmente a Venezuela e o Haiti. Dessa maneira, percebe-se que o direito ao acesso à educação está sendo garantido no país de destino, diferentemente do direito à participação, que ainda não é garantido, pois o que prevalece ainda é a opinião dos adultos nas decisões e na organização dos tempos e espaços da instituição educativa. Outra questão identificada pela pesquisa é a invisibilidade da presença das crianças imigrantes nos documentos que organizam e orientam o trabalho da instituição, configurando nestes, a falta de ações de acolhimento e valorização da sua cultura. Por outro lado, ficou evidente o papel que a brincadeira exerce no processo de socialização e interação entre as crianças imigrantes e seus pares, pois, mesmo falando idiomas diferentes ou mesmo sem falar, as crianças conseguem se comunicar brincando. Sendo assim, entende-se que, além de garantir o direito básico à educação, é fundamental que as políticas públicas deem suporte às instituições, bem como na formação continuada dos professores, a fim de promover o acolhimento, a inserção e a participação das crianças imigrantes no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Infância. Criança imigrante. Educação infantil. Sociologia da infância.

**Apoio Financeiro:** Bolsista Unochapecó.

## Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LtC, 1981. p. 1-101.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

BORBA, Angela Meyer. Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 4-6 anos. **Momento**, Rio Grade, n. 18, p. 35-50, 2007. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/606>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CORSARO, Willian A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERNANDES, Natalia. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, jul./set. 2016. p. 759. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/jqNWVT4RX8dLfNjKbPgNVfj/?format=pdf&lang=ptAc>. Acesso em: 1º jun. 2020.

FERNANDES, Natália. **Infância, direitos e participação**: representações, práticas e poderes. Porto/PT: Afrontamento, 2009.

KUHLMANN, Junior Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem Histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da Infância. SARMENTO, M.J. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003. Disponível em: [http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos\\_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf](http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.



## O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO E VESTIBULARES EM GERAL AO ALCANCE DOS ADOLESCENTES IMIGRANTES

Edwin Leonardo Franco Campos  
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
edwiinf96@gmail.com

Julia D'Avila Santa Catarina  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
juliadavilasc@gmail.com

**RESUMO:** A presente pesquisa tem por objetivo efetuar uma análise quanto a possibilidade de adolescentes imigrantes entrarem nas faculdades por meio da realização do Exame Nacional do Ensino Médio e de outros vestibulares. Nessa perspectiva a pesquisas se propõe a identificar as dificuldades e os impedimentos encontrados pelos adolescentes imigrantes no que diz respeito a realização do ENEM e de demais vestibulares, analisando as disciplinas que mais encontram dificuldades e o bloqueio que gera no acesso a esses adolescentes a necessidade de realização de redação. Visa também, identificar a existência de cursos preparatórios gratuitos no Brasil que atenda ao público imigrante e que atuam como facilitadores para a entrada desse público nas universidades brasileiras, gerando mais possibilidades de futuro para esses adolescentes que desejam ter um curso superior e melhorar sua qualidade de vida e muitas vezes a de suas famílias. A partir desses

delineamentos o problema de pesquisa visa compreender as dificuldades enfrentadas por esses adolescentes e ao mesmo tempo oferecer uma possibilidade de resolução para essa questão, utilizando informações da Organização Internacional para Migrações, bem como autores como Cavalcanti, Oliveira, Assumpção e Coelho. Nota-se que frequentemente esses adolescentes passaram por situações traumáticas e violências, não conhecem a língua, não conhecem o método de ensino no Brasil, os meios para entrar em uma universidade e não possuem condições para compreender questões de história e geografia do Brasil, o que sempre é assunto nas questões de vestibulares e no ENEM, sem mencionar as dificuldades que encontram para a realização de uma redação em uma língua que acabaram de conhecer. Por si só, cada um desses empecilhos é motivo de desistência ao ingresso no ensino superior. Observando os fins que almeja alcançar a presente pesquisa adota a abordagem qualitativa, o método dedutivo e como procedimento o método bibliográfico e documental. Com o trilhar da pesquisa notou-se que umas das formas de solução para o problema da evasão escolar/universitária de adolescente imigrantes é a criação de cursos pré-vestibulares que sejam voltados para o público imigrante. Tem-se como exemplo o Projeto Bitita Emancipa (2020), o qual é um cursinho popular gratuito voltado para todos os que desejam entrar no ensino superior, mas com atividades voltadas principalmente para imigrantes. Nesse cursinho são trabalhadas quatro grandes áreas, nos moldes do ENEM, sendo elas: linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza e ciências exatas. Desse modo percebe-se que alguns movimentos já estão sendo feitos no sentido de acolher cada vez mais a população imigrante e a criação de um curso preparatório para vestibular seria importante para Chapecó, tendo em vista o número expressivo de adolescente imigrantes que aqui residem. Pode-se usar como exemplo uma menina de 18 anos que participou de uma atividade realizada pela ONG Visão Mundial em Chapecó, a qual disse ter vontade de fazer faculdade ou algum curso técnico, mas não se encontra capaz de realizar por conta de sua dificuldade com o português. Nota-se, portanto, a importância desse acolhimento para o futuro desses adolescentes e para o futuro das cidades as quais pertencem, uma vez que mais tarde eles farão parte do mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Imigrante. ENEM. Educação.

**Apoio Financeiro:** CAPES

## Referências

ASSUMPÇÃO, Adriana Maria; COELHO, João Paulo Rossini Teixeira. Crianças migrantes e o direito à educação: leituras e conversas com equatorianos na atuação voluntária do grupo DIASPOTICS. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Urbana**, v. 28, n. 60, p. 167-185, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/KQGjtgPbgbtQWKVRmHPcjhC/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SILVA, Bianca Guimarães. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/Relato%CC%81rio\\_Anuar\\_-\\_Completo.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relato%CC%81rio_Anuar_-_Completo.pdf). Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. **O papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

OIM - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Estratégia de Interiorização**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PROJETO BITITA EMANCIPA (@emancipabitita). **Curso pré-universitário popular gratuito para estudantes imigrantes ou em situação de refúgio**. Instagram, 02 abril 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-gDrlwnDid/>. Acesso em: 10 ago. 2022.



## A CIDADANIA E A IMPORTÂNCIA DOS DIPLOMAS DOS MIGRANTES NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Diego Perboni  
diego.perboni@unochapeco.edu.br

Odisséia Aparecida Paludo Fontana  
odisseia@unochapeco.edu.br

**RESUMO:** Trata-se de resumo do último capítulo da dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Direito da Unochapecó, em fevereiro deste ano de 2022. Trata de relacionar os outros dois temas centrais abordados em capítulos anteriores - globalização e cidadania - com a experiência dos migrantes no processo de revalidação e reconhecimento de diploma estrangeiro no Brasil. A pesquisa surgiu a partir da inquietação para compreender a importância da revalidação/reconhecimento de diplomas estrangeiros para os migrantes e a sua importância para o exercício da cidadania. O trabalho teve como objetivo interpretar o exercício da cidadania por meio da revalidação/reconhecimento de diplomas estrangeiros dos migrantes. A pesquisa foi delimitada para ser realizada no município e região de Chapecó. Para alcançar o objetivo proposto, iniciou-se o trabalho com dados sobre a migração no Brasil e em Chapecó, foram levantados dados sobre quantidade de migrantes, nacionalidades e mercado de trabalho. Chapecó é um dos municípios que mais recebe migrantes, principalmente

devido as vagas de emprego disponíveis, sobretudo na agroindústria. Estima-se que no ano de 2021 o município de Chapecó contava com 11.160 migrantes de diversas nacionalidades, principalmente venezuelanos (5.840) e haitianos (4.827) (CHAPECO, 2021). Foi realizada pesquisa de campo por meio de amostragem que se concretizou a partir da realização de três entrevistas com migrantes que possuem diploma de ensino superior e/ou de pós-graduação no seu país de origem e que hoje residem no Brasil, que passaram, que estão passando ou que tenham interesse de realizar o processo de revalidação/reconhecimento de diploma estrangeiro. As entrevistas foram realizadas de forma estruturada buscando compreender a experiência, a importância e expectativas dos migrantes sobre a revalidação/reconhecimento de diplomas estrangeiros. Nas entrevistas buscou-se trazer a percepção do migrante, transcrevendo as entrevistas e analisando-as com outras produções científicas. Utilizou-se também da revisão bibliográfica realizada em banco de dados e livros sobre migração, revalidação/reconhecimento de diploma, globalização, cidadania e a legislação sobre migração e revalidação/reconhecimento de diplomas estrangeiros. Como resultado da pesquisa pode-se apontar a partir dos relatos dos migrantes e da revisão bibliográfica a importância da revalidação/reconhecimento de diplomas estrangeiros para os migrantes. Destaca-se a relevância que o diploma adquire na vida no âmbito profissional, pessoal e social e a sua influência no exercício da cidadania, abarcando desta forma conceitos trabalhados na globalização (intensificação troca de informação, bens, serviços, facilidades de meios de transporte); cidadania (direitos civis, políticos, sociais, culturais, ambientais); migração (pessoas que se deslocam em busca de melhores condições de vida), em uma relação que se caracteriza de uma forma cosmopolita diante da nova realidade nas relações internacionais, tanto em relação aos Estados como às pessoas, e seus reflexos no Direito, causando questionamentos em relação a modernidade e a pós-modernidade.

**Palavras-chave:** Migração. Diploma estrangeiro. Cidadania.

## Referências

BANDEIRA, Laís Cristina. **Da síndrome do sobrevivente a solidariedade:** uma análise da recepção dos imigrantes haitianos na cidade de Chapecó e as fronteiras da Justiça. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Comunitário da Região

de Chapecó, UNOCHAPECÓ. Chapecó, 2018. Disponível em: <http://konrad.unochapeco.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000ofa/000ofaf6.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. **Políticas contra los migrantes y crisis de la civilidade jurídica**. Revista Crítica Penal y Poder, n. 18, dez, p. 182-193, 2019.

MARRAN, Ana Lucia. **A construção da política de revalidação de diplomas estrangeiros nos poderes legislativo e executivo**. 2018. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Educação (Faed), da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: < <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/381/1/AnaLuciaMarran.pdf> >. Acesso em: 14 abr.2021.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; SCHWARTZ, Germano. Globalização e direito: revalidação e reconhecimento de títulos pelo Brasil. **Revista Faculdade de Direito Sul de Minas**, Pouso Alegre, vol. 32, n. 1, p. 163-178, jan/jun, 2016.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; FOSSATI, Paulo. Movimentos migratórios e internacionalização da educação superior. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 704-727, set/dez, 2020.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Renata Ferreira da; BENTO, Juliane Sant'Ana. Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. **Colombia Internacional**, n. 106, abri/jun, p. 165-198, 2021. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122021000200165&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122021000200165&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 11 nov. 2021.



## MOBILIDADE HUMANA NA UFFS: DO PROHAITI AO PRÓ-IMIGRANTE

Sandra de Ávila Farias Bordignon  
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
sandra.bordignon@uffs.edu.br

Rosenei Cella  
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
rosenei.cella@uffs.edu.br

**RESUMO:** O estudo A mobilidade humana na UFFS: do Prohaiti ao Pró-imigrante aborda a configuração e integração de estudantes externos ao país no ensino superior ofertado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com destaque para os imigrantes haitianos, materializada via política institucional de acesso e permanência. A UFFS foi criada em 2009, pela Lei n. 12.029, de 15/09/2009, com a missão de atender a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul. Atua nos três estados do Sul do Brasil, com campi nas cidades de Realeza e Laranjeiras do Sul (PR); Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo (RS) e na cidade de Chapecó (SC). O ano de 2011 é o marco da chegada dos primeiros imigrantes haitianos à região Oeste de Santa Catarina, trazidos por empresas em busca de mão de obra. Os haitianos, por sua vez, deixaram seu país motivados por uma catástrofe ambiental e fatores econômicos. Esse movimento abre um período da presença de novos rostos no Oeste de Santa Catarina. Nossos registros se baseiam em documentos e relatos de experiências, encontrados

em diversos materiais de pesquisadores, bem como em dados institucionais da UFFS. Aspectos como a diversidade, a cultura, as trocas culturais e a interculturalidade são muito importantes de serem destacados. No ano de 2013, foi institucionalizado na UFFS o PROHAITI (Resolução n. 16/CONSUNI/UFFS/2019), um programa de acesso à educação superior para estudantes haitianos e, em janeiro de 2014, criada a Comissão Especial para implantação do programa, e publicado o primeiro Edital (n. 38/UFFS/2014) para o processo seletivo. Nos anos seguintes, aconteceram processos seletivos semestrais e/ou anuais, com quantitativo de vagas suplementares nos cursos de graduação definidas em editais específicos, de acordo com as possibilidades de cada curso e campus. Atualmente, dados provenientes de registros municipais dão conta de que mais de 50 nacionalidades residem no Oeste de Santa Catarina e, dentre as mais populosas estão os haitianos e venezuelanos. Atenta aos movimentos migratórios na região, foi criado na UFFS o Pró-Imigrante (Resolução n. 32/2013 – CONSUNI), programa de acesso ao ensino superior que amplia a possibilidade de ingresso para imigrantes de todas as nacionalidades, de modo a inserir as demais nacionalidades que chegam posteriormente na região, pertencentes a este movimento migratório contemporâneo. Numa fase de transição entre o Prohaiti e o Pró-Imigrante, o edital Nº1060/GR/UFFS/2021 (Processo Seletivo Especial Unificado Prohaiti e Pró-Imigrante) promoveu a oferta concomitante de vagas para os dois programas, atraindo inscrições de candidatos de oito países: Angola, Benin, Congo, Gabão, Haiti, República Dominicana, Togo e Venezuela, os quais participaram do processo seletivo, resultando na aprovação e matrícula de três novas nacionalidades na UFFS em 2022 (República Dominicana, Togo e Venezuela), marcando também a última oferta específica de vagas no Prohaiti. O referido processo seletivo atraiu candidatos de várias nacionalidades. O edital lançado em 2022, para ingresso em 2023, oferta vagas exclusivamente para o Pró-Imigrante e possibilitará a inserção de imigrantes, independente do país de origem. Os estudantes haitianos representam o maior grupo de alunos imigrantes da UFFS nos cursos de graduação, pois atualmente são mais de 160 matrículas ativas. Até o momento foram registrados 11 egressos, todos no campus Chapecó, graduados nos cursos de Agronomia, Matemática, Administração, Geografia e Ciências Sociais. Nos próximos semestres muitos outros estudantes haitianos concluirão suas graduações e poderão se inserir na pós-graduação e/ou exercer suas profissões no Brasil. Cabe ressaltar que a mobilidade humana é um processo permanente, complexo e desafiador. Essa política da UFFS visa enriquecer ainda mais seu espaço acadêmico, respeitando a diversidade dos povos e o atendimento de demandas que surgem na sua região de abrangência.

**Palavras-chave:** Haiti. UFFS. Diversidade.

## Referências

BORDIGNON, Sandra de Avila Farias. **Inserção de imigrantes haitianos nos contextos educativos escolares e não escolares no oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. UNOCHAPECÓ, Chapecó (SC), 2015.

BORDIGNON, Sandra de Avila Farias; PIOVEZANA, Leonel. **Práticas de Integração na Diversidade**: das Intenções a Criação do Prohaiti na UFFS. EDUCERE, Curitiba. 2015.

COTINGUIBA, M. L. P. COTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. *In: Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 17, n. 33, p. 61-87, Jul./Dez. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Conselho Universitário. **Resolução n. 32/2013 – CONSUNI**. Institui o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos - PROHAITI e dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das atividades do programa. Chapecó (SC), 12 de dezembro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Conselho Universitário. **Edital N° 38/GR/UFFS/2014** – Processo seletivo especial para acesso à educação superior da UFFS para estudantes haitianos – Prohaiti.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Conselho Universitário. **Resolução n. 16/CONSUNI/UFFS/2019**, Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Sistema de Gestão Acadêmica – SGA da UFFS**. Ano 2022. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/acessofacil/transparencia/indicadores-de-gestao>.



## **EIXO 2**

### **Migração e saúde**





## PERSPECTIVA ASSISTENCIAL À SAÚDE DE IMIGRANTES E REFUGIADOS EM UMA MESORREGIÃO DO MERCOSUL

Thamylye F. dos Santos França  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
thamylyesf@gmail.com

Jeferson Santos Araújo  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
Jeferson.araujo@uffs.edu.br

**RESUMO:** Compreendendo a multiplicidade de fatores que compõem o processo saúde doença de uma população, deparamo-nos cotidianamente com a patologização das expressões da questão social (fome, pobreza, miséria, dentre outras), realidade que transcorre também o curso migratório. Neste cenário, Granada e Detoni (2017) destacam que a mobilidade humana, quando percebida dentro de sua totalidade, acaba por inserir-se no conjunto de determinantes sociais de saúde, este altamente complexo, demandando de um fazer profissional pautado no princípio da integralidade. Desta forma, tem-se enquanto objetivo no presente discutir sobre a relevância da atuação profissional do assistente social no atendimento a pacientes imigrantes e refugiados, usuários da atenção terciária em saúde, no interior do estado do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, a qual contou com a busca de artigos e livros em

meios eletrônicos, tendo enquanto descritores: população migrante, saúde e serviço social. A experiência migratória, além de complexa, pode perpassar por condições insalubres e exaustivas decorrentes do sistema econômico ora vigente, possuindo correlação direta com uma, dentre as tantas formas de adoecimento daqueles que se deslocam (IBIAPIANA, 2019, p. 03). Neste cenário, Yujra e Ventura (2019, p. 39) referem que situações como o distanciamento da família, bem como, o não acesso a empregos salubres e com remuneração digna e o nível de educacional e de acesso à justiça por parte dos imigrantes e refugiados configuram-se enquanto alguns dos determinantes sociais de saúde presentes na realidade vivenciada, extrapolando a esfera individual e perpassando pelas influências sociais e comunitárias. Ainda, os riscos de violação de direitos e consequentemente de adoecimento do público supracitado se altera de acordo com os diferentes momentos do deslocamento, fato que também incide na complexidade de saúde (YUJRA, VENTURA, 2019, p.40). Compreendendo as barreiras culturais e linguísticas que se apresentam frente a busca por informações e/ou obtenção de atendimento em saúde, destaca-se a necessidade de identificação de novas formas interventivas a fim de que se viabilize um atendimento humanizado, o qual poderá garantir o estabelecimento de vínculo e cuidado (YUJRA, VENTURA, 2019, p.39). Assim, frente a tantas expressões da questão social, a práxis profissional do assistente social junto a atenção terciária em saúde faz-se de suma relevância no que se refere ao atendimento aos imigrantes e refugiados. Buscando romper com o modelo biomédico e considerando os indivíduos dentro de sua totalidade, o assistente social inserido no âmbito da saúde possui um papel fundamental no que se refere a garantia da participação dos usuários em seu processo de reabilitação, bem como, na viabilização da plena informação de sua situação de saúde (CFESS, 2010, p. 53). Para além da patologia, destaca-se a importância de reconhecer os usuários como sujeitos de direitos, em um contexto de cidadania e de democracia, fato intrínseco a práxis profissional do assistente social, reforçado pelas práticas interdisciplinares em saúde (MARTINELLI, 2011, p. 500). A partir de seus preceitos éticos, baseado em uma formação crítica, o atendimento do assistente social aos imigrantes e refugiados, junto a atenção terciária em saúde, pauta-se no reconhecimento da condição humana, na garantia de um fazer emancipatório e na compreensão da cotidianidade suas vulnerabilidades, extrapolando os muros dos hospitais (MARTINELLI, 2011, p. 503). Neste sentido, através da vivência cotidiana, das competências profissionais e do embasamento teórico compreende-se que a referida profissão contribui significativamente com a

efetivação da humanização em saúde no que tange ao atendimento daqueles que se deslocam, buscando identificar a magnitude do processo migratório e suas implicações na saúde dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Saúde. Imigrantes. Assistentes Sociais.

**Apoio Financeiro:** Universidade Federal da Fronteira Sul; Processo PES-2022-0099.

## Referências

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política Saúde. **Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**, n. 2, Brasília: CFESS, 2010.

GRANADA Daniel, DETONI Priscila Pavan. Corpos fora do lugar: saúde e migração no caso de haitianos no sul do Brasil. **Temáticas 2017**, n. 25, p.115-38. Acesso em: 27 agost. 2021.

IBIAPINA, Érico. F. V. Saúde e migrações internacionais bolivianas no Brasil: revisão integrativa de literatura. **TRAVESSIA - revista do migrante**, [S. l.], n. 86, p. 97–120, 2019. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/932>. Acesso em: 28 agost. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.107, p.497-508, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/9SbgQxd7Wm6WLGyQ9R-5WbYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 agost. 2022.

VENTURA, Deisy de Feitas Lima. YUJRA, Veronica Quispe. **Saúde de Migrantes e refugiados**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.



## O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID19 NA VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO

Vanessa Lopes da Luz  
Unoesc  
vanessa.luz@unoesc.edu.br

Alessandra Paloschi  
Unoesc  
alessandra-paloschi@hotmail.com

**RESUMO:** Segundo a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951 (que foi reformada pelo Protocolo de 1967), refugiado é toda e qualquer pessoa que se encontra fora de seu país de origem (ou nele não deseja retornar) por temer perseguições em razão de raça, religião, nacionalidade, participação em grupos sociais ou opiniões políticas. Pessoas fogem de seus países por inúmeras razões, seja por um Estado ausente, por uma questão de lei ou fato, por conflitos armados ou desastres causados pelo homem, e essas pessoas precisam de proteção internacional. Com a possibilidade de elas não se encaixarem na definição de refúgio da Convenção de 1951, ou estarem em países em que não se aplica a Convenção, os Estados vêm desenvolvendo vários mecanismos adicionais para fornecer permissões de permanência. Os direitos concedidos a essas pessoas em diferentes países variam amplamente (EUROSTAT, 2018, tradução nossa). Independentemente

de haver direitos garantidos como refugiados ou não, somente no ano de 2018, mais de 70 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar no mundo em decorrência de perseguição, conflitos, violência ou violação de direitos humanos. Desses, 25,9 milhões são refugiados, sendo que aproximadamente metade desse número é composto por crianças menores de 18 anos (ACNUR, 2019, tradução nossa). Isso evidencia que cada vez mais se faz necessário que os estados, internacionalmente, aprimorem suas respostas humanitárias para que consigam acolher e fornecer o suporte necessário a refugiados, mesmo em tempos de crise como durante uma pandemia. No começo do ano de 2020 iniciou-se um desses momentos de crise, com o surgimento de uma nova doença chamada COVID-19, que causa síndromes respiratórias severas, e se espalhou pelo planeta rapidamente se tornando uma pandemia letal (OMS, 2020, tradução nossa). Diante do contexto apresentado, a pesquisa objetivou analisar como a Pandemia da COVID19 impactou a vida das pessoas em situação de refúgio. A pesquisa, no presente estudo, utilizou-se de metodologia descritiva e exploratória, analisando o tema com base no levantamento bibliográfico realizado por meio de tratados internacionais, doutrinas e dados científicos extraídos de sites oficiais. Os refugiados vêm sofrendo desrespeito a direitos fundamentais humanos no decorrer de suas vidas, desde os fatos que os motivam a deixarem seus países de origem. E essa pesquisa constatou que a crise da COVID-19 acentuou ainda mais a supressão de direitos. Os números de infectados e de mortos evidencia como a COVID-19 afetou grupos sociais de maneira desproporcional. Minorias raciais, étnicas e religiosas, geralmente atreladas ao menor status econômico, que não podem trabalhar de casa, são mais vulneráveis e detêm as mais altas taxas de mortalidade e infecção (ONU, 2020, tradução nossa). A crise na saúde não trouxe somente impactos econômicos e sociais, mas também um aumento na discriminação contra estrangeiros. Em todo o mundo, diversas regiões reportaram incidentes de discriminação, xenofobia e ataque direcionado às pessoas consideradas como 'bodes expiatórios' por disseminar o vírus (ONU, 2020, tradução nossa). Os campos de refugiados continuaram lotados, e foram inúmeras as dificuldades enfrentadas - desde a falta de espaço, até problemas com a locomoção e logística de profissionais que prestam serviços nessas áreas. A supressão de direitos básicos continuou acontecendo em consoante a declarações de grandes nações que se recusaram a auxiliar na evacuação desses campos na tentativa de barrar um surto epidêmico do vírus (MÉDICO SEM FRONTEIRAS, 2020). Ainda, migrantes sem documentação (em decorrência dos fechamentos de fronteira) temiam

buscar atendimento médico por medo de serem detidos ou deportados, o que tornou a situação ainda mais dramática.

**Palavras-chave:** Refugiados. COVID19. Direitos Humanos.

## Referências

ACNUR. **Global trends: forced displacement in 2018**. Genebra, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/globaltrends2018>. Acesso em: 24 abr. 2020.

ACNUR. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**. Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar o Estatuto de Refugiado. Lisboa: ACNUR, 1996, p. 60-84. Disponível em: <https://www.unhcr.org>. Acesso em: 24 abr. 2020.

EUROSTAT. **Expert Group on Refugee and Internally Displaced Persons Statistics** –International Recommendations on Refugee Statistic. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Coronavírus torna mais urgente evacuação de campos de refugiados na Grécia**. [S.l.], 12 mar. 2020. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/coronavirus-torna-mais-urgente-evacuacao-de-campos-de-refugiados-na-grecia>. Acesso em: 27 abr. 2020.

OMS. **Coronavirus (COVID-19)**. Genebra, 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ONU. **COVID-19 and human rights: we are all in this together**. Nova York, 2020. Disponível em: <https://unsdg.un.org/resources/covid-19-and-human-rights-we-are-all-together>. Acesso em: 25 abr. 2020.



## VULNERABILIDADES EM SAÚDE IDENTIFICADAS NO CONTEXTO DOS IMIGRANTES NA AMÉRICA LATINA

Eduarda Caroline Ceriulli Martinello  
Unochopecó  
duda\_eduardaceriulli@outlook.com

Junir Antônio Lutinki  
Unochopecó  
junir@unochapeco.edu.br

**RESUMO:** Contextualização: A imigração é um fenômeno em ritmo crescente. Na década de 2010 houve aumento de 66% no número de imigrantes na América Latina e Caribe. Dentre os desafios que envolvem a imigração e a saúde, é possível mencionar as vulnerabilidades em saúde presentes no contexto dos imigrantes, as quais foram reportadas em estudos realizados em países da América Latina. Assim, a depender das características da população migrante e da nativa e dos sistemas de saúde vigentes no país de acolhimento as vulnerabilidades em saúde dos imigrantes podem aumentar. Objetivo: Identificar as vulnerabilidades em saúde presentes no contexto dos imigrantes na América Latina a partir de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL). Aporte teórico: A imigração é considerada um fenômeno social decorrente do deslocamento de pessoas de um território a outro, de forma definitiva ou temporária. Os fluxos migratórios de partida são chamados de emigração,

enquanto os fluxos de chegada são denominados de imigração. A vulnerabilidade está relacionada as chances de exposição das pessoas ao adoecimento. Essa chance de exposição tem relação com um conjunto de aspectos individuais, coletivos e contextuais, os quais podem acarretar maior suscetibilidade ao adoecimento ou atuar como fatores de proteção para este adoecimento. Metodologia: Em dezembro de 2021 realizaram-se buscas nas bases de dados Lilacs, Portal de Periódicos da CAPES e Pub Med, a partir dos descritores: imigrantes (estrangeiros), vulnerabilidades em saúde, acesso aos serviços de saúde e Atenção Primária à Saúde. O descritor imigrante foi combinado aos demais a partir do operador booleano “AND”. Os 1.459 estudos localizados foram selecionados inicialmente a partir de leitura dos títulos e resumos. Foram incluídos apenas artigos científicos, realizados na América Latina, publicados entre 2000 e 2021, nos idiomas, português, inglês e espanhol, e excluídos artigos repetidos, com ausência de resumo e que não eram de acesso gratuito. Os estudos selecionados foram localizados, lidos na íntegra e matriciados em planilha no Microsoft Excel. Resultados: Foram matriciados 93 estudos, a partir dos quais foi possível identificar as vulnerabilidades em saúde mais salientes no contexto dos imigrantes em países da América Latina. As limitações no acesso aos serviços de saúde foi uma importante vulnerabilidade identificada. Acredita-se que esse acesso seja prejudicado em virtude de aspectos derivados da cultura e do idioma divergentes entre imigrantes e profissionais da saúde, além da ausência de informação disponível aos imigrantes acerca de seus direitos de acesso a esses serviços e sobre o funcionamento dos sistemas de saúde no país de acolhimento. Por outro lado, o maior tempo de residência do imigrante no país de acolhimento melhora o acesso aos serviços de saúde. Identificou-se que o imigrante irregular apresenta maior vulnerabilidade em saúde, devido a sua situação migratória, a qual restringe e até mesmo impede o acesso aos serviços de saúde, mesmo em países com leis anti-imigração mais brandas. Os imigrantes irregulares também são suscetíveis a ocupar postos de trabalho informais e insalubres com potencial de comprometimento de sua saúde física. A própria experiência da imigração é considerada uma vulnerabilidade, por possibilitar rupturas nas relações culturais e sociais dos imigrantes. A cultura e a etnia dos imigrantes os tornam alvo de estigma, preconceito e violência no país de acolhimento. Por fim, identificou-se que os imigrantes no país de acolhimento possuem renda inferior aos nativos e habitam moradias precárias e insalubres. Considerações Finais: A partir deste estudo foi possível identificar que os imigrantes estão submetidos a diversas vulnerabilidades em saúde na América Latina.

Dentre elas, destacam-se as relativas ao acesso prejudicado aos serviços de saúde e a situação migratória irregular.

**Palavras-chave:** América Latina. Imigrantes. Vulnerabilidades em saúde.

## Referências

ALVES, Jenniffer Francielli de Souza *et al.* Utilização de serviços de saúde por imigrantes haitianos na Grande Cuiabá Mato Grosso, Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, v. 24, n.12, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gKTKwbtpPpQFtvKG8Td6XpMn/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

AYRES, José Ricardo. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *In*: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Marchado de. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FERNÁNDEZ-NIÑO, Julian A. *et al.* Modos de vida y estado de salud de migrants en un asentamiento de Barranquilla, 2018. **Revista Salud Pública**, v. 20, n. 4, p.530-538, 2018. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rsap/2018.v20n4/530-538/es>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GOLDEBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. Desigualdad social, condiciones de acceso a la salud pública y procesos de atención en inmigrantes bolivianos de Buenos Aires y São Paulo: una indagación comparativa. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 2, ju. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/T6nVQYc-JjtN64CVWxySjC8P/abstract/?lang=es>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GRANADA, Daniel *et al.* Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface**, Botucatu, v. 21, n.61, abr-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/YFR5qB3Hxs9ZdYfVkbhrbGC/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2021.

MARTINEZ, Omar *et al.* Evaluating the impact of immigration policies on health status among undocumented immigrants: A systematic review. **Immigrant Minority health**, v.17, n.3, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24375382/>. Acesso em: 14 jan, 2022.

MOCHIZUKE, Kaciane C. A garantia do atendimento à saúde do estrangeiro em solo brasileiro: um desafio. **Revista do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul**, v. 9: p. 113-130, 2015. Disponível em: <http://sef.ufms.br/v/wp-content/uploads/2015/09/1-Kaciane-Corr%C3%AAa-Mochizuke.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

OBMIGRA. **Relatório anual, 2021**. 2011-2020 uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/Relat%C3%B3rio\\_Anual/Relato%CC%81rio\\_Anual\\_-\\_Completo.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. **Fenômeno migratório**. Editora UNESP: São Paulo, 2015. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xky8j/pdf/resstel-9788579836749-04.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SOUZA, Jeane Barros de *et al.* Pandemia e imigração: famílias haitianas no enfrentamento da covid-19 no Brasil. **Escola Anna Nery**, v. 24, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1129217>. Acesso em: 15 fev. 2022.



# **EIXO 3**

## **Migração e trabalho**





## **SOCIABILIDADE ENTRE IMIGRANTES NACIONAIS (ESTABELECIDOS) E IMIGRANTES VENEZUELANOS (OUTSIDERS): CIDADE DE CHAPECÓ (SC ) – 2013–2022**

Tiago Rafael Hineraski  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
tiago.hineraskio7@gmail.com

**RESUMO:** Os últimos anos se caracterizam por um aumento significativo da imigração venezuelana para o Brasil. O Estado de Santa Catarina é um dos principais destinos dos migrantes. De acordo com o Observatório Venezuelano de Migração (OVM-UCAB), cerca de 5 milhões de venezuelanos se encontram na condição de imigrantes. Esse estudo visa analisar como acontece o processo de acolhimento dos venezuelanos no Oeste de Santa Catarina, com o objetivo central de compreender a socialização entre esses imigrantes venezuelanos que chegaram até essa região e os moradores locais, nesse sentido entender o “tecer” das redes de sociabilidade desses imigrantes na cidade de Chapecó. Dado isso, o desenvolvimento deste estudo tem como principal aporte teórico os autores: John L. Scotson, Norbert Elias, já que os estudiosos têm como discussão central justamente essa relação de poder que existe entre dois grupos, ou seja, os estabelecidos e os outsiders. Também utilizei a autora Patricia Villen, em que a mesma traz o debate sobre esses imigrantes de países periféricos que vem em busca de uma vida

melhor em outros países periféricos, aquilo que a autora chama de “periféricos na periferia”. A parte metodológica será composta por levantamento bibliográficos de obras sobre a temática, bem como dados de instituições que cuidam do processo migratório, como por exemplo o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Coordenação Geral de Imigração (CGI). Ao final será feita uma pesquisa de campo com aplicação de entrevistas através de questionários com pessoas envolvidas com a questão da imigração venezuelana em Chapecó. A partir disso, pretende-se alcançar como resultado como sucedem os processos sociais entre culturas, bem como o conhecimento das dificuldades e preconceitos sofridos pelos migrantes.

**Palavras-chave:** Imigração Venezuelana. Crise. Sociabilidade.

## Referências

BORTOLOTO, C. C. **Migração e trabalho na contemporaneidade:** os haitianos no Oeste do Paraná. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara (SP), 2019.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2021. Série Migrações.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: . Acesso em: 01 ago. 2022.

COSTA, Nayara Belle Nova da; GURGEL, Helen da Costa. Potencialidades e limites dos registros administrativos no estudo dos fluxos migratórios para o Brasil. **Anais do ENANPEGE**, 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os Outsiders:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina:** perfil sociodemo-gráfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa

de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2017.

NERO, Amanda. **Fluxo de migrantes venezuelanos no Brasil cresceu mais de 900% em dois anos. 2021.** Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/07/fluxo-de-migrantes-venezuelanos-nobrasil-cresceu-mais-de-900-em-dois-anos.html>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SINGER, Paul. A América Latina na crise mundial. **Estudos Avançados**, v. 23, p. 91-102, 2009.

VILLEN, Patrícia. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: Crise e imigração no Brasil. **Revista Rua**, Campinas, Número 21 – Volume 2, novembro/2015, p. 247 - 264. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642466> . Acesso em: 21 de julho de 2022.



## MIGRAÇÃO E TRABALHO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Eloir Faria de Paula  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
eloirfaria@uffs.edu.br

Silvânia Scopel de Oliveira Souza  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
silvanciascopel@uffs.edu.br

**RESUMO:** Contextualização: O fenômeno migratório faz parte da vida do ser humano desde quando ele precisou utilizar-se desse recurso para garantir sua sobrevivência. Entende-se como migração o movimento de uma população independente do seu fator motivacional. Objetivo: Revisar a literatura acerca da migração dos refugiados no contexto dos desafios da recolocação no mercado de trabalho no país. Aporte teórico: O que caracteriza as migrações é o deslocamento de pessoas, em quantidade significativa, mas sem expressividade em comparação à “cepa original” de uma nação à outra. As migrações se evidenciam por seu cunho “incontrolável” de ocasionar mudanças na cultura do local onde se fixam (ECO 2020, p. 21-26). Considerando as divergências existentes sobre o termo refugiado, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, considera refugiado aquele que sofre “violação maciça dos direitos humanos”(ACNUR, 2020). Metodologia: Constitui uma breve revisão narrativa da literatura no tocante ao fenômeno da migração no Brasil

sob o olhar da empregabilidade. Nesse trabalho foram utilizados: capítulos de livros, relatórios, diagnósticos e artigos científicos, publicados entre 2018 e 2021, através da busca pelas palavras-chave “migração”, “refugiados” e “trabalho”. Para essa publicação, foram selecionados 3 estudos, dentre os quais um diagnóstico da população de imigrantes e refugiados em três municípios do Sul do Brasil, uma pesquisa sobre o fenômeno migratório e a inclusão de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho do país e, por fim, um estudo sobre os refugiados trabalhando em pequenas e médias empresas brasileiras. Resultados: Das três pesquisas, uma focou os municípios de Chapecó, Xaxim e Xanxerê e retratou que a população migrante refugiada em maior número naquela região são: os haitianos, venezuelanos e senegaleses, sendo que em cada uma das três cidades os haitianos estão em maior quantidade e dentre os principais problemas evidenciou: a dificuldade de acesso aos direitos, que ficaram mais prejudicados por ocasião da Pandemia da Covid-19, limitação com o idioma, preconceito com as mulheres e falta de orientações seguras - expondo os migrantes a maior vulnerabilidade. Como alternativa para a problemática apontou a necessidade de cursos técnicos e aulas de português, a fim de garantir maior autonomia e, por consequência, criação de redes de associativismo e cooperativismo, além da urgência de se criar e efetivar políticas públicas permanentes, em substituição a ações e projetos de apoio, para que os migrantes e refugiados possam exercer o papel de atores do processo em que se encontram. (PADOVA, 2020, p. 20). Segundo o estudo do Observatório das Migrações Internacionais, sobre solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, publicado em 2021, os pedidos de aprovação da referida condição, provenientes de dados do sistema da Polícia Federal, os indivíduos de origem venezuelana foram os que mais entraram com solicitações de refúgio no Brasil no último triênio, totalizando 132,5 mil, acompanhados dos haitianos com 30,2mil e dos cubanos 8,1mil. De acordo com a movimentação realizada pelos trabalhadores imigrantes no Brasil, o estado de Santa Catarina está entre as Unidades da Federação que mais geraram postos de trabalho formal (OLIVEIRA; CAVALCANTI; MACEDO, 2021, p. 8-11). O trabalho de 2020, analisou a Migração Sul-Sul e identificou como principais barreiras dos refugiados no mercado de trabalho brasileiro: o idioma, desconhecimento da cultura, da política e economia do país, além do preconceito existente e discriminação étnica racial; sugeriu aplicação de ações estratégicas que incentivem a integração dos imigrantes refugiados a fim de minimizar os danos sofridos por conta da diferença cultural que afetam o ambiente de trabalho (VERSIANI; CARVALHO NETO, 2020, p. 264).

**Palavras-chave:** Migração. Refugiado. Trabalho.

## Referências

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS.

**Quem pode ser considerado um refugiado:** perguntas e respostas.2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/#refugiado>. Acesso em: 21 ago. 2022.

ECO, Umberto. 2020. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Record.

OLIVEIRA, Tadeu; CAVALCANTI, Leonardo; MACEDO, Marília. **Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2020**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento de Migrações, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios\\_conjunturais/2020/Dados\\_Consolidados\\_da\\_Imigra%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Brasil\\_-\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_conjunturais/2020/Dados_Consolidados_da_Imigra%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil_-_2020.pdf). Acesso em: 12 ago. 2022.

PADOVA, Rosane. **Diagnóstico da População de Imigrantes e Refugiados – Municípios de Chapecó, Xaxim e Xanxerê – Santa Catarina**. Instituto Madre Bernarda, IMABE, SC, 2020.

VERSIANI, Fernanda; CARVALHO NETO, Antonio. Migração Sul-Sul: um estudo sobre refugiados trabalhando em pequenas e médias empresas brasileiras.

**Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 2, p. 252–264, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/83235>. Acesso em: 21 ago. 2022.



## A RELAÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO COM OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Karine Pereira Ribeiro

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

karine.ribeiro@unochapeco.edu.br

Carla Rosane Paz Arruda Teo

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

carlateo@unochapeco.edu.br

**RESUMO:** Contextualização: A migração acompanha a história, isto é, não é um fenômeno atual, pois sempre existiu. Dentro desta perspectiva, a migração se constitui como fenômeno em que os seres humanos buscam por melhores condições de vida, sendo o trabalho, o grande impulsionador deste processo. Posto isto, é necessário compreender como o trabalho influencia a vida social e individual dos seres humanos. Pondera-se que a modernidade trouxe consigo diversos impactos no que tange à relação entre trabalho e indivíduo, sendo a precarização uma característica marcante neste contexto. Objetivo: Abordar a relação entre o trabalho e a migração, sob a perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético. Metodologia: trata-se de uma reflexão teórica elaborada a partir das leituras realizadas durante a disciplina Epidemiologia Socioambiental do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó-Unochapecó e dos estudos realizados

no grupo de pesquisa Noctua – Formação e Trabalho em Saúde. Aporte teórico: O materialismo histórico-dialético estuda as características da vida em sociedade, a evolução histórica e a prática social no desenvolvimento da humanidade. Propõe ao ser humano a possibilidade de conhecer o mundo e, assim, a história; afirma que o conhecimento é relativo em um determinado tempo e época. Ademais, baseia-se na interpretação dialética de mundo, oferece uma concepção científica da realidade, enriquecida pela prática social. Resultados: Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o trabalho é o fundamento da vida humana, pois é por meio dele que o homem transforma a realidade, produzindo instrumentos necessários à sua sobrevivência, e transforma a si próprio, aprimorando seu desenvolvimento cognitivo/sensorial e físico. Sendo assim, o homem supre suas necessidades pela produção de instrumentos oriundos desta transformação. Nesse processo, aprimorando seu conhecimento, por meio do trabalho, produz conhecimento, que se condensa como teórico e está presente nas artes, na ciência e na filosofia. Cabe destacar que este trabalho, que desenvolveu o homem, humaniza e transforma, intensificando atividades psíquicas superiores e se constitui como atividade vital humana. Isto é, o trabalho humanizado é aquele que permite ao homem criar, desenvolver, conscientizar, humanizando-se por meio da sua ação com a natureza. Ao contrário, o trabalho alienado, não contém a premissa de humanizar, mas distancia o indivíduo do produto do seu trabalho, explora e detém o trabalhador, distanciando-o, inclusive, da garantia de seus direitos, manipulando-o por meio da necessidade oriunda da desigualdade social. E é por esse trabalho, nas condições sociais vigentes, que os trabalhadores migram em busca de suprir suas necessidades humanas mais básicas e elementares. O que nos cabe destacar, aqui, é o fenômeno de migração dos seres humanos, principalmente nos últimos anos, em busca de melhores condições de vida, por meio do trabalho que, na ordem social vigente, é alienado. Esse fenômeno intensifica o excedente de pessoas em condições sub-humanas, as quais se submetem a jornadas duplas ou triplas destas formas precarizadas de trabalho para que consigam sobreviver. Sob este aspecto, dentro do contexto do materialismo histórico-dialético, este trabalho reforça a desigualdade social, a desumanização e converge à manutenção do status quo, fortalecido pelos interesses do capital. Ainda, em relação ao imigrante, na perspectiva do trabalho, ocorrem agravantes, provenientes da vulnerabilidade em que este indivíduo se encontra, isto é, este trabalhador se dispõe a deixar sua família, casa, amigos, cidade natal, cultura para vender sua força de trabalho

onde houver procura. Torna-se, assim, totalmente disponível ao mercado de trabalho precarizado. Portanto, se percebe que o trabalho alienado fomenta a desigualdade social, principalmente por estar alinhado aos interesses do capital, em detrimento da melhoria das condições sociais de vida.

**Palavras-chave:** Saúde. Trabalho. Migração.

**Apoio Financeiro:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) – vínculo de bolsistas.

## Referências

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2017.



## PROTEÇÃO SOCIAL E ACESSO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PELOS IMIGRANTES NO BRASIL

Camila Rocha  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
caamila.roch@gmail.com

Kamila Lorenzi  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
k.lorenziadvocacia@gmail.com

**RESUMO:** Contextualização: A busca por melhores oportunidades, condições de trabalho e educação para elevar os padrões de qualidade de vida são algumas das principais causas das migrações internacionais. O deslocamento de grande quantidade de pessoas através dos continentes foi facilitado pelos processos de globalização, muito pelos progressos relacionados às comunicações e ao transporte (LISBOA, 2020). No entanto, no que se refere à proteção social, inúmeras são as dificuldades enfrentadas pelos migrantes, especialmente quando não estão inseridos no mercado formal de trabalho, quando seus países de origem não possuem acordos internacionais previdenciários com o Brasil ou quando possuem pouco tempo de contribuição no sistema previdenciário brasileiro. Objetivo e metodologia: Por isso, com apoio em pesquisas bibliográficas dessa temática, bem como utilizando-se do método de procedimento dedutivo e metodologia qualitativa, o presente estudo tem

como objetivo central analisar de que forma os direitos previdenciários são garantidos aos imigrantes que chegam ao Brasil. Aporte teórico: Como regra geral, para todos os contribuintes do sistema previdenciário brasileiro, o acesso aos benefícios exige o cumprimento de um número mínimo de contribuições mensais, cujos prazos são estabelecidos pela Lei 8.213/91. Em relação aos imigrantes, para que seja contabilizado o tempo de contribuição vertido no exterior, é necessário que exista acordo internacional entre os países de origem e chegada, cujas garantias são individuais de cada instrumento. Sendo assim, se cumprirem os requisitos mínimos relacionados à carência, tempo de contribuição e qualidade de segurado, estarão amparados pela previdência assim como os nacionais. Ocorre que a questão das contribuições e o acesso aos benefícios pode muitas vezes ser um problema para os imigrantes, seja por se encontrarem em trabalhos informais, por seus países não possuírem acordo de cooperação com o Brasil ou pela limitação das coberturas à alguns benefícios. Em relação à cooperação internacional, segundo análise realizada por Tavares e Martins (2020), a proteção prevista nos acordos firmados entre o Brasil e outros países é mais restrita do que a garantida aos nacionais, posto que há preponderância de cobertura de três riscos sociais: idade avançada, morte e incapacidade. O salário-maternidade, por exemplo, é garantido em apenas 4 dos 18 acordos. Além disso, mesmo com a existência do acordo de cooperação e da aplicação da regra da totalização dos períodos, o pagamento do benefício é proporcional ao tempo de contribuição existente no Brasil, conforme preveem os artigos 403 a 405 da Instrução Normativa 128/2022. Isso significa que o valor mensal poderá ser inferior ao salário-mínimo. Ou seja, além das consequências negativas imediatas ocasionadas pela falta de trabalho, como as dificuldades econômicas e ausência de segurança de renda, os imigrantes podem não ter direito de acesso aos benefícios previdenciários para suprir suas necessidades mais básicas. Porém, mesmo com essas restrições, a cooperação internacional é significativa e se revela de grande relevância, na medida em que não é incomum que os imigrantes tenham trabalhado e contribuído por vários anos em seu país de origem. Resultados: Diante das conhecidas dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelos imigrantes, que já são expressivas inclusive quando inseridos no mercado de trabalho, é de extrema importância que sejam revisados e incluídos novos termos nos acordos já firmados, bem como elevados esforços para a pactuação de novos, para que assim sejam criados mecanismos eficazes e de maior proteção social quando da ocorrência de idade avançada e eventos incertos e inesperados, como acidente, gravidez, prisão ou morte.

**Palavras-chave:** Migrações. Previdência. Proteção social.

**Apoio Financeiro:** Unochapecó.

## Referências

BRASIL. **Lei n. 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. In: Diário Oficial de Brasília: DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm). Acesso em: ago. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa n. 128** de 28 de março de 2022. Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário. In: Diário Oficial de Brasília: DF. Disponível em <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-pres/inss-n-128-de-28-de-marco-de-2022-389275446>. Acesso em: ago.2022.

LISBOA, Marijane Vieira. Ascenso da extrema-direita, xenofobia e crise do capitalismo. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (Orgs.). **Migrações em expansão no mundo em crise**. São Paulo: Educ: Pipeq, 2020.

TAVARES, Marcelo Leonardo; MARTINS, Luis Lopes. A Proteção Previdenciária de Imigrantes no Brasil - A cobertura dos acordos internacionais de cooperação previdenciária. In: **Revista de Informação Legislativa do Senado Federal (RIL)** Brasília, v. 57, n. 225, p. 61-82 jan/mar. 2020.



## **CAPITALISMO E A PRODUÇÃO DE MIGRANTES E REFUGIADOS: LIMITES E POTENCIALIDADES DO SISTEMA**

Luiza M. Zechlinski  
Universidade Católica de Pelotas - GEMIGRA  
luizazechlinski@gmail.com

Renata G. R. Lucas  
Universidade Católica de Pelotas - GEMIGRA  
renatagrlucas@gmail.com

**RESUMO:** A história mostra que foi no desenvolvimento socioeconômico e político da humanidade que se sedimentou o modo de produção capitalista. Nesta lógica, os migrantes representam, na atualidade, a nova face das relações de exploração de mão de obra. Demonstra-se a partir das análises feitas que, a exploração é intrínseca à estrutura capitalista, pois é movida pela acumulação de capital, ou seja, a crescente concentração de riqueza. E para tal, se utiliza da mão de obra imigrante, haja vista seu status político inferiorizante e sua baixa qualificação para maximizar seu lucro. O objetivo do presente trabalho se propõe em demonstrar a migração econômica como um processo que foi intensificado pelo próprio capitalismo, evidenciando seus mecanismos de exploração. O método de abordagem utilizado para o presente trabalho é o materialismo histórico. Ele consiste em uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico-documental caracterizada pelo olhar

interdisciplinar e o viés crítico sobre o problema proposto. Utiliza-se uma análise bibliográfica marcada pelas referências de autores de cunho marxista para determinar a relação do migrante e o empresariado, em outras palavras, a própria luta de classes. Da mesma forma, foram utilizados outros autores para compreender o migrante para além da sua função laboral, como Saskia Sassen e Elisa Sasaki. Demonstrou-se que: O capitalismo produz e precisa dos imigrantes para aqueles trabalhos com mão de obra barata, sub-re-munerados e precarizados. Esses imigrantes têm sua força laboral sugada ao máximo e depois, ao chegarem as crises cíclicas do sistema capitalista, são os primeiros a serem descartados do conjunto social, por uma sociedade regada a preconceitos, que vê aquele que migra como forasteiro e indigno de permanência no país. Percebeu-se também, que estes imigrantes não dispõem dos mesmos direitos sindicais, ou do direito de associação e expressão cultural própria, que possibilitam uma melhor condição de vida.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Migrantes. Trabalho.

## Referências

AMIM, S. **Accumulation on a world scale**: a critique of the theory of under development. New York, NY: Monthly Review Press, 1974.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOES, A. A cultura do capitalismo e as migrações internacionais contemporâneas. **Revista Sinais**, Vitória, ES, v. 22, n. 1, p. 62-79, 2018. Disponível em: [https://www.google.com/l?sa=t&rct=j&q=&resrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUKEwja2s7Ps-6vAhWrKlKGHbgoAcwQFjABegQIARAC&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.ufes.br%2Fsinais%2Farticle%2Fdownload%2F20719%2F13926&usg=AOvWawO1opt-NYS8UU2i7\\_Kdr4i63](https://www.google.com/l?sa=t&rct=j&q=&resrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUKEwja2s7Ps-6vAhWrKlKGHbgoAcwQFjABegQIARAC&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.ufes.br%2Fsinais%2Farticle%2Fdownload%2F20719%2F13926&usg=AOvWawO1opt-NYS8UU2i7_Kdr4i63). Acesso em: 30 ago. 2019.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.) *et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1984. (Livro Primeiro, v. II).

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000. Disponível em: [https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria\\_das\\_Migracoes\\_Internacionais.pdf](https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Internacionais.pdf). Acesso em: 10 maio 2019.

SASSEN, S. Três migrações emergentes: uma mudança histórica. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, SP, v. 13, n. 23, p. 29-42, 2016.

SASSEN, S. Two stops in today's new global geographies: shaping novel labor supplies and employment regimes. **American Behavioral Scientist**, Princeton, NJ, v. 52, n. 3, p. 457-496, 2008. Disponível em: <http://abs.sagepub.com/cgi/content/abstract/52/3/457>. Acesso em: 10 maio 2019.

ZIZEK, S. **La nueva lucha de clases los refugiados y el terror**. Barcelona: Anagrama, 2016.



## O TRABALHO EM AGROINDÚSTRIA PARA MULHER IMIGRANTE CONTEMPORÂNEA: POSTULADO OU RENÚNCIA?

Rosângela Maria Hüning  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
rosangela.huning@uffs.edu.br

**RESUMO:** Diante da mobilidade internacional contemporânea dos povos, motivadas por fatores socioeconômicos, políticos, climáticos, entre outros, constata-se que a intensidade desse movimento está relacionada aos ditames estatais e capitalistas que caracterizam o mundo do trabalho. De modo que as migrações internacionais irrompem as fronteiras dos países e as bases sociopolíticas em vigor, em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Nesse contexto, tratar sobre imigração, evidentemente, não é tema fácil, exige a compreensão da conjuntura que envolve os sujeitos, atentando para as relações de gênero, raça/etnia e classe, bem como para a divisão sexual do trabalho. Devemos considerar, contudo, que as características e vinculações aos locais de trabalho são concebidas socialmente e reproduzidas por gerações, demarcando o destinatário dos espaços da vida pública e privada de homens e mulheres. Este estudo tem por objetivo compreender as possibilidades de trabalho que estão sendo destinadas as mulheres imigrantes contemporâneas, tomando-se por referência o município de Chapecó, Santa Catarina. As análises estão aportadas nos conceitos teóricos

de Hobsbawn(2015); Thompson(1998) e Marx(2010). Como metodologia adotou-se análises bibliográficas, bem como, apoia-se em dados obtidos em entrevistas realizadas no ano de 2021 e 2022, para pesquisa de mestrado, em andamento, junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGH-UFFS), com mulheres imigrantes haitianas e venezuelanas, trabalhadoras em agroindústrias de Chapecó. Como resultado busca-se oportunizar, através de publicações escritas a expressão das mulheres imigrantes sobre as oportunidades que estão disponibilizadas atualmente. Da mesma forma, viabilizar à população a produção de material que apresente, a partir de dados reais, as condições da mobilidade para superação das opiniões baseadas no censo comum, com isso, otimizar a prevenção de atitudes xenofóbicas, bem como, a publicização da pesquisa.

**Palavras-chave:** Gênero 1. Migração 2. Trabalho.

## Referências

HOBBSAWN, Eric. **Mundos do Trabalho:** novos estudos sobre a História Operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6. ed. Paz e Terra. São Paulo, 2015.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e capital & salário, preço e lucro.** 2. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras. 1998.



# **EIXO 4**

## **Migração e Direitos Humanos**





## OS MIGRANTES E A AGENDA 2030

Diego Perboni

diego.perboni@unochapeco.edu.br

Camila Rocha

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

caamila.roch@gmail

**RESUMO:** Contextualização: a agenda intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, conhecida como Agenda 2030 foi desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Essa agenda inclui 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e 169 metas integradas e indivisíveis, as quais propõem ações coordenadas entre governos, setor privado e sociedade civil. A Agenda 2030 representa a necessidade de continuar o trabalho iniciado em 2000 pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A sua vigência iniciou em 1º de janeiro de 2016 e tem a duração de quinze anos. A Agenda 2030 integra as três dimensões do desenvolvimento sustentável (a econômica, a social e a ambiental), de forma que os objetivos de desenvolvimento sustentável possuem como pressuposto o alinhamento dessas dimensões para a sua concretização em âmbito global. Assim, os objetivos dispostos são integrados e indivisíveis, exigindo a atuação concertada para a sua efetivação (ONU, 2015, p. 1-3). O lema da Agenda 2030 é “ninguém será deixado para trás”. Objetivo: o objetivo deste resumo é apontar quais objetivos e metas estipulados na Agenda 2030 estão

relacionados aos migrantes. Justifica-se a importância do tema pesquisado considerando a importância que a Agenda 2030 tem ganhado no cenário internacional e interno, influenciando na tomada de decisões no setor público e privado. Aporte teórico: foi utilizada a Agenda 2030 como principal fonte de pesquisa. Metodologia: para a pesquisa utilizou-se da técnica de revisão bibliográfica e do método dedutivo. Resultado: como resultado da pesquisa podem ser apontados as previsões para os migrantes na Agenda 2030, sendo elas: o empoderamento por meio do acesso à aprendizagem das pessoas vulneráveis previsto; o reconhecimento da contribuição dos migrantes para o crescimento inclusivo e sustentável; o comprometimento em cooperar internacionalmente para garantir a migração segura, ordenada e regular, com respeito aos direitos humanos dos migrantes. O objetivo 8 “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”, prevê a proteção direitos trabalhistas e promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo migrantes. Objetivo 10 “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles” prevê em suas metas que tem como intenção facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, que pode ser realizada por políticas de migração planejadas, trata-se de uma meta que requer ação coordenada para sua efetivação, além disso, comenta sobre a importância de diminuir os custos de transferências de recursos para facilitar a vida do migrante tendo em vista que muitas vezes esses recursos são receitas importantes para a família que ficou no país de origem. A Agenda 2030 representa objetivos em comum para toda a humanidade, ao reconhecer e incluir a situação dos migrantes e dos refugiados nos seus objetivos e metas reafirma a necessidade de olhar para essas pessoas por uma perspectiva cosmopolita tendo em vista que as migrações são globais e multifacetadas, requerem uma coordenação global para que a sua condução seja ordenada e segura aos envolvidos, tanto os migrantes, como para as pessoas que fazem parte da sociedade que vão recebê-lo. Se ordenadas, as migrações podem contribuir para o crescimento econômico, social e cultural dos países envolvidos, além disso, reafirmam o direito de migrar como um direito humano, o qual deve ser exercido com respeito aos demais direitos e protegido pelo direito internacional. Outrossim, salienta-se a importância dos objetivos e metas da Agenda 2030 para os migrantes para proporcionar e garantir a efetivação de seus direitos humanos, preservando a dignidade da pessoa humana e criando condições para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

**Palavras-chave:** Migração. Agenda 2030. Direitos humanos.

## Referências

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo:** agenda 2030 para desenvolvimento sustentável, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel#:~:text=Transformando%20Nosso%20Mundo%3A%20A%20Agenda%202030%20para%20o%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel&text=Esta%20Agenda%20%C3%A9%20um%20plano,paz%20universal%20com%20mais%20liberdade>. Acesso em: 05 fev. 2022.



## **ACESSO A DIREITOS E O REFÚGIO VENEZUELANO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO**

Renata Gonçalves Ribeiro Lucas  
Universidade Católica de Pelotas - CAJIR/UFPEL  
renatagrucas@gmail.com

Anelize Maximila Corrêa  
Universidade Católica de Pelotas – CAJIR/UFPEL  
anelizedip@gmail.com

**RESUMO:** As imigrações no contexto brasileiro foram grandemente afetadas pela pandemia da COVID-19 e pela política de fechamento de fronteiras durante todo o período de lockdown. Nesse período pôde-se presenciar um caso emblemático da perda de direitos de uma família venezuelana impedida de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado. O caso em questão foi assistido pela Clínica de Atendimento Jurídico a Imigrantes e Refugiados (CAJIR) da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Para o presente trabalho, foi utilizado pesquisa bibliográfica e documental e a revisão da legislação e de trabalhos acadêmicos sobre o tema explorado, mas principalmente, o método do estudo de caso, analisando como a situação dessa família venezuelana pode representar um movimento sistemático da

perda dos direitos dos refugiados oriundos da Venezuela no Brasil. A análise foi desenvolvida a partir dos conceitos e teoria dos Direitos Humanos para os Refugiados, utilizando-se de autores referência, como Liliana Lyra Jubilut (2007), André de Carvalho Ramos (2020), Valério de Oliveira Mazzuoli (2021), entre outros. Como resultados da análise, foi vista grave restrição ao direito de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado, com base em portarias que regulamentavam o fechamento de fronteiras (BRASIL, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d), que lançaram medidas ilegais, tais como a deportação sumária, e principalmente, a proibição que indivíduos que cruzassem a fronteira por via terrestre de solicitar refúgio. As punições advindas do descumprimento da portaria eram desproporcionais, sem levar em conta a legislação, e a Constituição nacional, além dos acordos internacionais de Direitos Humanos, os quais têm força jurídica supralegal, devendo ser respeitados pelo Estado brasileiro. Entende-se que, por mais que as portarias de fechamento de fronteiras fossem ilegais, inconstitucionais, e claramente afrontam o princípio do non-refoulement, égide do Direito Internacional dos Refugiados, a legislação base do direito migratório resta inabalada. Por meio da judicialização da demanda, foi possível assegurar o direito de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado. Conclui-se que, no período da pandemia, existiu uma política de fechamento de fronteiras que prejudicou fortemente os refugiados venezuelanos, ocasionando em uma série de perda de direitos. No entanto, percebe-se que esta perda de direitos foi em função de uma política de governo, e as decisões judiciais proferidas em favor dos solicitantes, vistas no acórdão do Tribunal da 4ª Região (BRASIL, 2021b) e na sentença proferida no juízo da 2ª Vara Federal da Subseção de Pelotas (2021a), foram alicerçadas no Direito Internacional Humanitário, na Constituição Federal e na nova Lei de Migração (BRASIL, 2017). Onde foi possível garantir o regular procedimento administrativo para análise do pedido de refúgio, e bem como, proteger esses indivíduos, proibindo que o Estado por meio da Polícia Federal, tomasse qualquer medida voltada para a sua retirada compulsória do território nacional.

**Palavras-chave:** Estudo de caso; Pandemia; COVID-19; Fechamento de Fronteiras; Refugiados; Atendimento Jurídico.

## Referências

BRASIL. **Portaria n. 120**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Brasília, 2020a. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt120-20-ccv.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt120-20-ccv.htm). Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria n. 158**, de 31 de março de 2020. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Brasília, 2020b. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA\\_N%C2%BA\\_158\\_DE\\_31\\_DE\\_MAR%C3%87O\\_DE\\_2020\\_1.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_158_DE_31_DE_MAR%C3%87O_DE_2020_1.pdf). Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. **Portaria n. 340**, de 30 de junho de 2020. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Brasília, 2020c. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA\\_N%C2%BA\\_340\\_DE\\_30\\_DE\\_JUNHO\\_DE\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_340_DE_30_DE_JUNHO_DE_2020.pdf) Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. **Portaria n. 470**, de 2 de outubro de 2020. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Brasília, 2020d. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA\\_N%C2%BA\\_470\\_DE\\_2\\_DE\\_OUTUBRO\\_DE\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_470_DE_2_DE_OUTUBRO_DE_2020.pdf) . Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de maio de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Juízo Substituto da 2ª VF de Pelotas. **Ação Ordinária com Pedido Antecipado de Tutela de n. 500XX-XX.2021.4.04.7110** (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - RS). União - Advocacia Geral da União e C. D. V. C. G. e outros. Juiz: EVERSON GUIMARÃES SILVA. DJ, 30 abr 2021a.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Agravo de Instrumento n. 50XXX-87.202X.4.04.0000/RS**. União - Advocacia Geral da União e C. D. V. C. G. e outros. Relatora: MARGA INGE BARTH TESSLER (3ª Turma). DJ, 06 jun 2021b.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

JUBILUT, Líliliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.



## O CONCEITO DE CIDADANIA COSMOPOLITA DIANTE DO FENÔMENO DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS

Marya Eduarda Camargo de Moura  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
eduardamoura14@unochapeco.edu.br

Paola Pagote Dall'Omo  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
paolapagote@gmail.com

**RESUMO:** A pesquisa a seguir tem por objetivo fazer uma imersão na aplicação do conceito de cidadania cosmopolita frente ao fenômeno das migrações transnacionais. O método utilizado é o qualitativo e a forma de pesquisa é exploratória. As fontes de pesquisa foram artigos e livros e o tratamento da pesquisa foi no formato de revisão bibliográfica. A cidadania é uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade, compreendida como o direito a ter direitos, afinal, para ter acessos aos direitos inerentes à pessoa humana, é necessário ter a posse de uma cidadania. Diante das transformações do mundo globalizado, a cidadania passa a ser um vínculo de união entre grupos sociais diversos, o que faz com que se torne complexa e multicultural, capaz de tolerar, respeitar e integrar culturas diferentes, uma vez que a convivência de cidadãos de culturas diferentes é tão antiga quanto a humanidade, sendo necessário um diálogo entre culturas, de forma

a respeitar suas diferenças. Os fluxos migratórios de refugiados e migrantes econômicos é um dos maiores desafios enfrentados pelo mundo globalizado. A mudança da legislação migratória brasileira, na substituição do Estatuto do Estrangeiro (1980) pela Lei de Migração (2017), demonstrou a dificuldade em lidar com o tema da imigração no campo político brasileiro. Os interesses do Estado permanecem acima dos direitos humanos, e o imigrante continua sendo um outro problemático, num mundo globalizado em que os transnacionalismos e os localismos estimulam identidades territorializadas nem sempre aceitas no campo político. Em face ao fenômeno migratório, cabe às políticas estatais enfrentar as questões que subvertem a condição humana dos migrantes, garantindo direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, independente da condição migratória. Esse é o caminho possível para a inserção na sociedade e para a participação ativa do migrante como cidadão, que se dá através da linguagem, da ação, do direito à liberdade de opinar e de fazer escolhas, pressupostos democráticos fundamentais, que no caso do migrante depende do seu nível de inclusão na sociedade receptora e da extensão dos direitos que são concedidos a ele. Conclui-se que o conceito clássico de cidadania não é suficiente no mundo globalizado, em especial diante do fenômeno das migrações transnacionais. A solução para os desafios das migrações é construir uma sociedade cosmopolita, na qual todos os seres humanos se sintam cidadãos, e saibam que pertencem a uma comunidade, independentemente de meros vínculos de nacionalidade.

**Palavras-chave:** Cidadania, Multiculturalismo, Migrações.

**Apoio financeiro:** Unochapecó

## Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COGO, Denise. RIEGEL, Viviane. “I’m an immigrant”: cosmopolitismo, alteridade e fluxos comunicacionais em uma campanha anti-xenofobia no Reino Unido.

**REMHU, Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/yhctDqsbNpX8JQhBXgL868m/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. - São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. - São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

RIBEIRO, Heloisa. Movimentos migratórios e direitos humanos da esfera do multiculturalismo. **Fragmentos de Cultura**, 2008. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/526>&gt;. Acesso em: 12 jun. 2022.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. **Reunião Brasileira de Antropologia**, 26. Anais[...] 2008, Porto Seguro. Disponível em: [http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth\\_giralda.\\_imigrantes\\_estrangeiros\\_a\\_trajet%C3%B3ria\\_de\\_uma\\_categoria\\_inc%C3%B4moda\\_no\\_campo\\_pol%C3%ADtico.pdf](http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth_giralda._imigrantes_estrangeiros_a_trajet%C3%B3ria_de_uma_categoria_inc%C3%B4moda_no_campo_pol%C3%ADtico.pdf). Acesso em: 14 jun. 2022.



## **MISSÃO CONSULAR EM CHAPECÓ: UM MARCO PARA A COMUNIDADE HAITIANA RESIDENTE NO OESTE CATARINENSE**

Luiz Carlos Rodrigues  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS  
Prefeitura de Chapecó – Centro de Atendimento ao Imigrante  
luiz.rodrigues@estudante.uffs.edu.br

Rosenei Cella  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS  
Diretoria de Políticas de Graduação  
rosenei.cella@uffs.edu.br

**RESUMO:** O município de Chapecó, como grande parte dos demais municípios da região Oeste de Santa Catarina, têm recebido nos últimos anos um intenso fluxo migratório, sobretudo de pessoas provenientes do Haiti, as quais buscam oportunidades de trabalho e acesso aos serviços e direitos como educação e saúde. Do quantitativo estimado pela Prefeitura Municipal de Chapecó (2021) de que 14 mil migrantes residem no município e pelo relatório anual de atendimento do Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI), serviço institucionalizado pela Prefeitura de Chapecó ligado à Secretaria de Assistência Social (SEASC) e Governo Federal, os de nacionalidade haitiana figuram como uma das principais nacionalidades presentes na região, tendo o início de sua presença no Oeste iniciada em 2011, após uma

série de problemas de ordem natural e política ocorridos no Haiti. Recentemente, são observados novos desenhos no fluxo migratório dos haitianos já residentes no Brasil: o desejo e direito de retornar ao Haiti para visitar familiares ou para acompanhar estes familiares em seus trajetos de chegada até o Brasil, visando a reunião familiar. Como órgão máximo de representação haitiana no Brasil, a Embaixada da República do Haiti realiza missões consulares nas capitais dos diferentes estados brasileiros, com o objetivo de promover a regularização e obtenção dos documentos de identificação e viagem dos moradores do país caribenho, tais como certidões, documento de identidade e passaporte. Durante o ano de 2021, a Associação dos Moradores Haitianos de Chapecó (AMHC) enviou comunicados à embaixada alertando sobre o grande número de haitianos que necessitavam dos serviços consulares. No ano de 2022, três dos agentes que atuam em prol da comunidade haitiana residente em Chapecó: A AMHC, a UFFS e o CAI, também iniciaram as comunicações para apoiar as reivindicações feitas outrora pela AMHC e enfatizá-las como instituições federais e municipais, além disso, CAI e UFFS compartilharam dados quantitativos e qualitativos relacionados ao vital trabalho realizado por estes para a fruição e manutenção de direitos da comunidade migrante, compactuando com a atual legislação migratória nacional, políticas estaduais e importantes tratados internacionais dos quais o Brasil é membro signatário. Uma vez obtida resposta positiva do setor consular, confirmando em janeiro de 2022 a data da primeira missão consular que aconteceria em Chapecó e em uma cidade do interior do estado, iniciaram-se os preparativos para a missão prevista entre março e abril. Os serviços ofertados foram: emissão da cédula de identidade e renovação ou emissão de passaporte haitiano. Como estratégia para assegurar o efetivo trabalho da comissão, o CAI incubiu-se da realização dos agendamentos das vagas disponibilizadas, que ocorreram de maneira presencial no endereço do CAI, um local estratégico, localizado dentro do terminal rodoviário urbano, uma das portas de entrada ao município. A organização do espaço e insumos para o atendimento aos imigrantes ficou sob responsabilidade da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que desde o ano de 2014 oferta o PROHAITI - processo seletivo especial para imigrantes haitianos que desejam ingressar no ensino superior. O recebimento da missão consular foi compreendido como um importante serviço que deveria receber o apoio institucional para a comunidade haitiana da região. A UFFS contou com o trabalho voluntário de estudantes haitianos e de membros da AMHC de Chapecó e da Coordenação dos Migrantes Haitianos (COMHA), que atuaram ativamente na organização

do atendimento, possibilitando que mais de 2.100 atendimentos fossem realizados com tranquilidade. A primeira missão consular em Chapecó foi um grande marco para toda comunidade haitiana de Chapecó e de outras 33 diferentes cidades dos três estados da região sul, oportunidade que contou, inclusive, com a presença da atual Embaixadora do Haiti no Brasil.

**Palavras-chave:** Haiti. Missão Consular. Imigrantes/migrantes.

## Referências

Assembleia Geral da ONU. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (217 [III] A). Paris.

BRASIL. **Lei n. 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de maio de 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL, **Lei n. 9.474**, 22 de julho de 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 03 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Migração é tema de simpósio em Chapecó**, 2021. Disponível em: <https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/4457/migracao-e-tema-de-simposio-em-chapeco#:~:text=Com%20cerca%20de%2014%20mil,Arlindo%20de%20Nes%2C%20em%20Chapec%C3%B3>. Acesso em: 11 ago. 2022.

RODRIGUES, Luiz Carlos; ZAVALSKI, Mayara Fiori (org.). CENTRO DE ATENDIMENTO AO IMIGRANTE - CAI. Prefeitura Municipal de Chapecó. **RELATÓRIO ANUAL**. 1. ed. Chapecó, 2021. Disponível em: [https://docs.google.com/presentation/d/1Qz\\_hSoBdenA\\_g03FdHKgH-tY\\_c3gXsg4/edit#slide=id.p1](https://docs.google.com/presentation/d/1Qz_hSoBdenA_g03FdHKgH-tY_c3gXsg4/edit#slide=id.p1). Acesso em: 07 ago. 2022.

SANTA CATARINA. **Lei n. 18.018**, de 9 de outubro de 2020. Disponível em: [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br). Acesso em: 15 ago. 2022.

DIRCOM-UFFS. **UFFS aprova programa para inclusão de cidadãos haitianos nos cursos de graduação**. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2013. Disponível em:

[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao\\_social/noticias/uffs-aprova-programa-para-inclusao-de-cidadaos-haitianos-nos-cursos-de-graduacao](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-aprova-programa-para-inclusao-de-cidadaos-haitianos-nos-cursos-de-graduacao). Acesso em: 10 ago. 2022.



# **EIXO 5**

## **Migração e Acolhimento**





## AS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS FRENTE À CRISE MIGRATÓRIA GLOBAL

Leticia Silva Holderbaun  
Universidade de Santa Cruz do Sul, bolsista PROSUC/CAPES  
leticiaholderbaun@gmail.com

Betina Hillesheim  
Universidade de Santa Cruz do Sul  
betinahillesheim@gmail.com

**RESUMO:** Nos últimos anos, houve um aumento dos fluxos migratórios internacionais, atingindo a marca de 281 milhões de migrantes (3,6% da população) na metade de 2020. As causas para tais deslocamentos são diversas, destacando-se as catástrofes naturais, crises políticas e sanitárias. A pesquisa “Migrações e processos de in/exclusão” parte da problematização, a partir da materialidade legislativa do período de 2013 a 2017, das estratégias biopolíticas de gestão das vidas migrantes nos municípios gaúchos de Lajeado, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Observando os movimentos recentes, a pesquisa segue na interlocução com atores públicos do município de Venâncio Aires e atenta às discussões nos canais de mídia locais. Segundo dados da Polícia Federal, no ano de 2018, Lajeado concedeu vistos humanitários a 566 haitianos, 01 venezuelano e 24 senegaleses. No que tange ao Vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul outorgou vistos da mesma categoria a 05 venezuelanos e 10 senegaleses. Venâncio Aires, apesar de ser o menor dos três municípios, contemplou 51 haitianos. Desde então, Lajeado

e Venâncio Aires mantêm posições de destaque como receptores de expressivos fluxos migratórios. Entre 2020 e 2021, 1.941 migrantes residentes em Lajeado obtiveram o Registro de Nacional Migratório – majoritariamente, haitianos, colombianos e portugueses. Em Venâncio Aires, o destaque é da migração venezuelana, que irrompeu com a crise político-econômica no país vizinho. Desde o início de 2020, grupos de venezuelanos têm sido interiorizados para o município ou migrado de maneira independente. Em maio de 2022, registravam-se 429 de venezuelanos para um total de 511 migrantes residentes na cidade. Tendo em vista as repercussões dos deslocamentos internacionais nos contextos locais, diferentes estratégias biopolíticas são acionadas para gerenciá-las. Em Santa Cruz do Sul, são reforçadas as medidas de controle, tais como pedidos de informações, na câmara municipal, acerca do número de migrantes, nacionalidades, situação legal, se possuem doenças e estão vacinados, profissão e renda. Aqui, o biopoder que regula e investe na vida, teorizado por Michel Foucault (1985), é marcado pela proteção das vidas locais contra a ameaça do conflito global x local, produzindo uma realidade que evidencia o jogo de forças “nós e eles”. Os demais municípios, por outro lado, têm se mobilizado para minimizar os riscos e vulnerabilidades através das políticas públicas locais. Lajeado executou ações de acolhida por meio da Secretaria de Assistência Social, embora não haja política específica voltada aos migrantes. Em Venâncio Aires, as ações tiveram maior articulação: inaugurou-se um setor específico para atendimento a essa população e foi instituída, em nível municipal, uma política de acolhimento aos migrantes. Em um modelo de gestão biopolítica que opera não pela separação, mas pela captura dos sujeitos no domínio da regulação populacional, tais ações incluem o mapeamento do contingente migratório no município, de suas demandas e condições de vida, dando lastro a práticas de acolhimento sustentadas numa política local do “fazer viver” aberta às dinâmicas globais.

**Palavras-chave:** Crise migratória. Políticas Públicas. Biopolítica.

**Apoio Financeiro:** FAPERGS, auxílio financeiro – Edital Pesquisador Gaúcho; CNPQ e FAPERGS (bolsas de Iniciação Científica)

## Referências

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.



## **A TEORIA DO RECONHECIMENTO E A POLÍTICA MIGRATÓRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA UM ACOLHIMENTO EFETIVO**

Ana Paula Dittgen da Silva  
GERMIGRA/Universidade Católica de Pelotas  
anapaula.dittgen@gmail.com

**RESUMO:** Uma abordagem que busca analisar a questão migratória se depara com uma complexidade considerável de fatores que alimentam uma determinada configuração social e jurídica num dado lugar e tempo, e que definem a forma de tratamento dispensado ao imigrante. Em razão dessa complexidade, busca-se desenvolver, a partir desta pesquisa, a análise de como a teoria do reconhecimento pode contribuir para a construção de uma política migratória eficiente quanto à concretização dos direitos e dignidade dos migrantes. Para tanto, utiliza-se especialmente as categorias trazidas por Honneth (2003) em seu livro “Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Assim, quanto à metodologia, como perspectiva epistemológica geral, adota-se a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, fazendo-se uma revisão bibliográfica de sua obra e de autores que dialogam com a teoria do reconhecimento. É possível afirmar-se que a origem do conceito sistemático de reconhecimento tem como marco a filosofia do início do século XIX, especialmente nos escritos de Hegel. O referido autor constrói

a ideia de que o reconhecimento se manifesta a partir de um conjunto de relações ético-jurídicas que ocorrem em diferentes esferas, quais sejam: na esfera do amor, do direito e do Estado (HEGEL, 1992). Taylor (2005) destaca que a comunidade para Hegel é essência e meta final para os indivíduos, de maneira que os indivíduos somente podem constituírem-se e realizarem-se na comunidade. Ou seja, o indivíduo possui sua cultura, e, por conseguinte, sua identidade, ao participar dessa vida mais ampla. Dessa forma, a política de reconhecimento pode (e deve) ser considerada um essencial instrumento para a efetivação de uma necessidade humana da aceitação e pertença (de identidade) que ao nível mais profundo é, segundo Rockefeller (1998), uma necessidade religiosa. Uma política de reconhecimento, para Taylor (2005), deveria visar a igualdade de direitos e privilégios, no sentido de que seria indispensável se evitar a existência de cidadãos considerados de “primeira classe” e de “segunda classe”. Logo, a concepção de política deixa de estar vinculada a uma ideia de universalismo da igualdade entre todos os cidadãos, mas parte da ideia de que todas as pessoas devem ser reconhecidas pelas suas identidades únicas, sendo que se exige o reconhecimento da identidade única deste ou daquele indivíduo ou grupo, do caráter singular de cada um. Não se pode olvidar, no entanto, que se adotar uma política atenta para as diferenças não exclui a adoção de uma lógica também universalista, visto que ambas as ideias podem e devem ser vistas como complementares. A política que garante a concretização de direitos universalizantes a determinados grupos até então excluídos pode vir, segundo Honneth, a alterar o grau de estima social com relação a esses grupos, podendo ser consideradas, assim, remédios transformativos (FRASER, 2001). Honneth (2003) lembra que, diferentemente do que ocorre com o reconhecimento jurídico em sua forma moderna, a estima social se aplica às particularidades que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais. Vislumbra-se, assim, que a formulação de uma política migratória focalizada para os imigrantes de diferentes países pode significar o primeiro passo para o reconhecimento pleno de cada um desses grupos, de modo a garantir, primeiramente, o seu reconhecimento jurídico e impactando, posteriormente, na sua estima social.

**Palavras-chave:** política migratória; reconhecimento.

## Referências

AZITO, Dimitri. Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo. *In*: BRITO, Fausto; BAENING, Rosana (coord.). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. *In*: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.). 2001. **The new social theory reader**. Londres: Routledge, p. 285-293. Trad. Julio Assis Simões.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito. Parte I**. Trad.: Paulo Meneses. Vozes. Petrópolis: 1992.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MALONEY, T. N. & KORINEK, K. **Migration in the 21st - rights, outcomes, and policy**. Abingdon: Routledge, 2011.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI et al (orgs.) **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

PINTO, Celi Regina Jardim. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. **Lua Nova [online]**. 2008, n.74, p. 35-58.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55/junho, p. 149-164, 2004.

ROCKEFELLER, Steven C. "Comentário". *In*: TAYLOR, Charles; et al. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento** (Trad. Marta Machado). Lisboa: Piaget, 1998.

TAYLOR, Charles. **Hegel e a sociedade moderna**. São Paulo: Loyola, 2005.



## APONTAMENTOS SOBRE O REFÚGIO AMBIENTAL À LUZ DO DIREITO MIGRATÓRIO INTERNACIONAL

Nathalia Pôrto Pereira  
Universidade Católica de Pelotas  
nathalia@zungasoft.net

Ana Paula Dittgen da Silva  
Universidade Católica de Pelotas  
anapaula.dittgen@gmail.com

**RESUMO:** Existem pessoas que são forçosamente deslocadas devido a desastres naturais ou outras alterações no meio ambiente que afetam seu estilo de vida, estes são chamados por uma variedade de nomes, entre eles “refugiados ambientais”, e por isso existe um debate sobre como classificá-los, e qual deve ser o regime de proteção tocante a estes. Karla Hatrick (*apud* JUBILUT, 2007) enumera as possíveis causas do fenômeno do “refúgio ambiental”, sendo elas a degradação da terra agricultivável, desastres ambientais, destruição do ambiente causada pela guerra, reassentamento forçado e as mudanças climáticas (JUBILUT, 2007). O objetivo deste estudo é analisar os instrumentos de proteção internacional que abrangem os “refugiados ambientais”, a fim de identificar possíveis aplicações destes e quais práticas são efetivas e adequadas para proteger essas pessoas. Utiliza-se como referencial teórico o conceito de Lester Brown da década de 70,

pioneiro na classificação de certos fluxos migratórios como sendo compostos por “refugiados ambientais” (BROWN, 2003; 2009) como os causados pela desertificação, ao aumento do nível do mar, a toxicidade de seu local de habitação. Também se filia ao termo de “refugiado ambiental”, a definição de Norman Myers, composto de pessoas não mais capazes de garantir sua subsistência em sua terra natal devido a problemas de desmatamento, seca, erosão, desertificação e outros problemas ambientais, em conjunto com problemas associados de pressões populacionais e pobreza acentuada, e que, desamparados, procuram resguardo em outro lugar, deixando suas terras natais (MYERS, 2005). A Organização Marítima Internacional define essas pessoas como “migrantes ambientais”, que são indivíduos ou grupos de indivíduos que, por motivo imperioso de súbita ou gradual mudança no meio-ambiente, a qual afeta adversamente sua condição de vida ou sua vida, são forçados a deixar seus lares, ou escolhem fazê-lo, temporariamente ou permanentemente, e se mudam para outro local dentro de seu país ou no exterior. Essa definição é ampla e se adéqua a uma variedade de situações, e tem o intento de substituir o termo “refugiado ambiental” já que essa definição, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) não tem base legal no direito internacional. (OMI, 2007). De acordo com o ACNUR, o status das pessoas deslocadas pelo clima continua nebuloso, pois não se encaixam no ordenamento dos refugiados, mas tampouco são necessariamente migrantes, e o termo refugiado, como termo legal, é considerado pelo ACNUR de maneira restrita, mesmo enquanto esse órgão reconhece que certos grupo de migrantes atualmente estão excluídos do desígnio da proteção internacional e necessitam de assistência. (ACNUR, 2015). Neste presente estudo foi utilizado o método qualitativo através de revisão bibliográfica e análise de artigos, doutrina e legislação. A lei internacional não delibera em quais situações pessoas deslocadas por desastres serão acolhidas em outro território, quais direitos disporão enquanto lá estiverem, quais condições devem ser cumpridas para seu retorno ou para achar uma solução para seu dilema, o que permite, e muitos Estados o fazem, que eles rejam sobre o assunto via legislação interna ou utilizem o poder discricionário de suas entidades migratórias para admitir vítimas de desastres. (IDMC, 2018). O ACNUR ao invés de solicitar uma nova convenção internacional sobre deslocamentos forçados transnacionais devido a desastres, foca na integração de práticas efetivas de estados e organizações regionais e sub-regionais em seus planos normativos e práticas de acordo com situações específicas que sucederem. (ACNUR, 2015). A análise realizada

concluiu que legislação internacional tocante aos refugiados não abrange "refugiados ambientais" e o próprio conceito é difuso e por consequência os estados agem através da promulgação de legislação interna, adesão ao direito consuetudinário internacional e da ação suas entidades migratórias para admitir em seu território pessoas pertencentes a esta categoria.

**Palavras-chave:** Refúgio. Meio-Ambiente. Direito Internacional.

## Referências

ACNUR. **Cartagena Declaration on Refugees**. Cartagena de Indias, 1984. Disponível em: <https://www.unhcr.org/aboutus/background/45dc19084/cartagenadeclaration-refugees-adopted-colloquiuminternational-protection.html>. Acesso em: 01 maio 2019.

ACNUR. UNHCR. **the environment and climate change**. Genebra, 2015. Disponível em: <https://www.unhcr.org/540854f49.pdf> Acesso em; 24 maio 2019.

BLACK, R. **Environmental Refugees: Myth or Reality?**. ACNUR: Working Papers, Genebra, 2001. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/4ff57e562.html> Acesso em: 22 abr. 2019.

IDMC. **No Matter Of Choice: displacement in a changing climate**. Geneva. 2018.

JUBILUT, Líliliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

MYERS. N. **Environmental Refugees: An emergency security issue**. Economic Forum, Praga, 2005. Disponível em: <https://www.osce.org/eea/14851?download=true> Acesso em: 14 de abr. de 2019.

OIM. **Discussion Note: Migration and the Environment**. [S.l]. 2007.

PEREIRA, L. Uma visão brasileira do conceito "refugiado ambiental". In: BARRETO, L. (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1. Ed. Brasília: ACNUR: Ministério da Justiça. 2011.



## O “GAIROSC” E SUA TRAJETÓRIA

Rosane Padova

IPOG – Instituto de Pós-graduação e Graduação

rose.padova@gmail.com

Sandra de Avila Farias Bordignon

Universidade Federal da Fronteira Sul

sandra.bordignon@uffs.edu.br

**RESUMO:** O presente texto objetiva apresentar a trajetória do Grupo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados do Oeste de Santa Catarina. Inicialmente o grupo se identificava como GEIROSC (Grupo de Estudos sobre Imigração para a Região Oeste de Santa Catarina) e surgiu em 2014 por meio de um grupo de pesquisadoras, o qual pela formação acadêmica de seus integrantes compunha um conjunto de pessoas, de modo interdisciplinar e interinstitucional. Esses sentiram a necessidade de partilhar artigos, pesquisas e dados referentes ao tema de imigração atual e buscavam respostas a presença de novas nacionalidades presentes na região oeste de Santa Catarina. O grupo nunca se ateve somente nos estudos e pesquisas, pôs-se à frente de diversas ações, dentre elas: a contribuição para a implantação da Pastoral do Migrante na Diocese de Chapecó, em 2016, criação da rede de apoio aos imigrantes em Chapecó e municípios da região, eventos como rodas de conversas, seminários, entre outras. É importante apresentar a dimensão deste grupo no sentido de transcender as fronteiras do Estado. Como última atividade,

em setembro (2020), o Geirosc coordenou uma pesquisa em parceria com a PUC Minas e UNICAMP e publicou o capítulo "Imigrantes Internacionais no Estado de SC" no livro lançado pelo NEPO - Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" intitulado; "Impactos da Pandemia de COVID-19 nas migrações internacionais no Brasil resultado de pesquisa", uma publicação a nível nacional. As ações, pesquisas e artigos do Geirosc manteve vínculos com pesquisadores de universidades do Sul, Sudeste e Norte do Brasil. Pensando na continuidade dessa história, no dia 24 de novembro de 2020, foi criado o GAIROSC (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado da Região Oeste de Santa Catarina), como um programa permanente executado pelo Instituto Madre Bernarda (IMABE), ampliando desta forma, a acolhida, atendimento e o apoio aos imigrantes, refugiados e apátridas que residem no Oeste de Santa Catarina. A criação do Gairosc deu-se após a realização de um Diagnóstico da População de Imigrantes e Refugiados em que aponta o número de migrantes recentes, principais demandas e grupos mais vulneráveis desta população presente nos municípios de Chapecó, Xaxim e Xanxerê, locais em que inicialmente seriam oferecidos os serviços através do Grupo. O diagnóstico foi essencial para a definição do objetivo geral do GAIROSC que é acolher, atender e apoiar imigrantes, refugiados e apátridas em situação de vulnerabilidade e fortalecer a rede de atendimento e apoio aos migrantes no Oeste de Santa Catarina. E os objetivos específicos: Implantar um centro de atendimento e acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade; Realizar eventos interculturais como feiras, seminários e campanhas locais e regionais; Disponibilizar atendimento jurídico, psicossocial a imigrantes, refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas; Promover cursos e atividades educacionais para aperfeiçoamento pessoal e capacitação profissional de migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas, inclusive com aprendizado da língua portuguesa; Reunir as entidades anualmente para fortalecer o trabalho em rede; Engajar o voluntariado no serviço de atendimento aos imigrantes. Atualmente o Gairosc é membro da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMIR), Serviço de Pastoral para Migrantes do Brasil (SPM), GT Imigrantes da Alesc de Santa Catarina, Frente Nacional pela Saúde de Migrantes/Fenami, conta com apoio do Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Estado, é parceira do Instituto ADUS de Reintegração do Refugiado, Programas: Pró-Haiti e Pró-Imigrante da UFFS, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unochapecó e da Diocese de Chapecó. Conta com aproximadamente 30 membros, profissionais voluntários e pesquisadores de diversas áreas, tem prestado importantes serviços à

população migrante através do atendimento presencial e online oferecendo acesso aos direitos e deveres, atendimento psicossocial, orientação jurídica, bem como ajudas humanitárias.

**Palavras-chave:** Redes; Direitos; Interculturalidade.

**Apoio Financeiro:** Sem apoio financeiro.

## Referências

DUVAL, Fernandez, *et al.* **Impactos da Pandemia de COVID-19 nas migrações internacionais no Brasil-resultado de pesquisa.** NEPO - Núcleo de Estudos de População. Campinas (SP). 2020. 686pág.

ZAMBERLAM, Jurandir *et al.* **Migrações no Rio Grande do Sul:** Algumas respostas aos desafios da mobilidade humana (1945/2015). Porto Alegre: Solidus, 2016. i

PADOVA, Rosane. **Diagnóstico da População de Imigrantes e Refugiados.** Apresentado e aprovado pelo Conselho Consultivo do Imabe, nov. 2020.



## O PAPEL DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES

Lidiane Tania Ronsoni Maier  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
lidiane.maier@gmail.com

Sandra de Avila Farias Bordignon  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
sandra.bordignon@uffs.edu.br

**RESUMO:** O presente resumo expandido tem como tema o papel do ensino de língua portuguesa na integração dos imigrantes que chegam e/ou permanecem, de forma temporária ou permanente, na região do oeste catarinense. Estima-se que nos últimos anos, foram registrados no Brasil 1.085.673 imigrantes, considerando os amparos legais. Do total registrado, 399.372 são mulheres. No ano de 2019 predominaram os fluxos oriundos da América do Sul e Caribe, com destaque para a nacionalidade venezuelana e haitiana. A região Sul do país representou 22% do total dos registros, distribuídos igualmente entre os seus três estados: PR (48.826); SC (47.413) e RS (45.967). Nesse cenário, sobressai a cidade de Chapecó, localizada na região oeste de Santa Catarina, como uma das direções mais buscadas pelos imigrantes, em função da oferta de vagas de trabalho na agroindústria (maior ramo de empregabilidade desse segmento populacional). Uma grande dificuldade apontada nas pesquisas mencionadas neste texto é a aquisição da

língua na inserção dos imigrantes que adentram o país (Bordignon, 2016; Duval & Castro 2014, Cotinguiba & Cotinguiba, 2015, Borsatti, 2019). Desta forma, pesquisadores e profissionais de diferentes localidades, instituições e áreas de conhecimento, compassivos e observantes dos movimentos locais apontam e discutem o assunto dentro da temática migratória e o ensino do português para imigrantes. Desta feita, relataremos algumas experiências realizados de 2018 a 2022, na região oeste, mais precisamente nos municípios de Nova Erechim e Pinhalzinho. O texto se propõe a contextualizar as demandas de atendimento aos imigrantes no Oeste Catarinense. A metodologia utilizada, de ordem qualitativa, está destacada no relato das ações de atendimento aos imigrantes realizadas na parceria público - privada, por instituições dos municípios de Águas Frias – SC (Espaço Cultural Lídia Ronsoni LTDA que atende por CIITY – Centro de Ensino), Nova Erechim (Prefeitura Municipal), Pinhalzinho (Prefeitura Municipal) com apoio do GAIROSC (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado do Oeste de SC). Estas iniciativas trataram do atendimento de 25 imigrantes haitianos (2018) e 30 alunos haitianos (2022) com ensino de língua portuguesa em Nova Erechim e 100 imigrantes venezuelanos no município de Pinhalzinho na mesma modalidade. As professoras contratadas para tal programa tinham formação específica em Francês, Creole e Espanhol, respectivamente, para que os imigrantes pudessem compreender o ensino da língua portuguesa e para que as docentes pudessem compreender as necessidades dos alunos. Outra iniciativa refere-se ao atendimento de 125 imigrantes venezuelanos no município de Pinhalzinho no ano de 2022, trata-se de oficinas de Integração da população venezuelana: princípios e normativas, a qual versa sobre oficinas temáticas em 4 módulos de atendimento: Educação financeira e organização financeira familiar; Normativas trabalhistas; Empreendedorismo; Acessos aos serviços de educação, saúde, assistência social e aspectos jurídicos. Como resultados esperados percebe-se a melhora nas ações sociais e no atendimento das demandas públicas envolvendo esse público. Conclui-se com este relato que ações de ensino da língua portuguesa que envolvem os imigrantes, tem auxiliado no processo de socialização dos mesmos na região Oeste de SC. Diante desse cenário, tem-se a compreensão que todos os espaços de ensino da língua contribuem para a integração e o acolhimento do imigrante, em especial, na comunidade local. Todo esse trabalho leva para a desconstrução de preconceitos construídos contra a migração e interrompem a concepção do contexto contemporâneo das imigrações no Brasil.

**Palavras-chave:** Imigração. Ensino da língua portuguesa. Integração.

## Referências

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021- 2011-2020:** Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

BORDIGNON, Sandra de Avila Farias. **Inserção dos imigrantes haitianos nos contextos escolares e não escolares no oeste catarinense.** 228p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, UNOCHA-PECÓ, 2016.

BORSATTI, Jucelia. **Ser-estar-entre-línguas:** um lugar de diferenças para as crianças haitianas se (re)conhecerem. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal Fronteira Sul, UFFS. 2019.

COTINGUIBA, M. L. P. COTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**, v. 17, Chapecó, 2015a.



## CARTOGRAFAR (COM) MULHERES MIGRANTES

Sandra Barzallo

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

barzallo@mx2.unisc.br

Betina Hillesheim

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

betinahillesheim@gmail.com

**RESUMO:** Na cidade de Venâncio Aires, no interior do Rio Grande do Sul, foi feita uma pesquisa com um grupo de mulheres migrantes venezuelanas, que, devido à violência instaurada em seu país, migraram para o Brasil. Na pesquisa se objetivou entender como estas mulheres migrantes ensinam a resistir aos diferentes tipos de vulnerabilidades dentro de um espaço não-escolar. A metodologia utilizada foi a cartografia, proposta pelos filósofos Deleuze e Guattari, na qual a pesquisadora, quem também é uma mulher migrante, em conjunto com as mulheres participantes, discutiram o processo migratório e as vulnerabilidades dele decorrentes. Na análise de dados, operou-se com os conceitos de interseccionalidade e gênero. A interseccionalidade, conceito trazido por Carla Akotirene (2019), foi utilizado para compreender as especificidades das experiências de mulheres no percurso migratório, na medida em que se entende que a intersecção entre as categorias “mulher” e “migrante” provocam uma maior vulnerabilidade. O gênero, discutido pela autora Joan Scott (1995), se configura como

elemento constitutivo das relações de poder, articulando-se aos processos sociais, políticos, econômicos e culturais. Scott discute que o gênero não apenas inclui o sexo, mas também a classe e a raça, sendo que, no caso desta pesquisa, pode-se acrescentar o fato de ser migrante no sul do Brasil. A partir da produção de dados, foi identificado que as mulheres migrantes criam redes de apoio para resistir às vulnerabilidades enfrentadas, sendo que essas redes servem de apoio para que outras mulheres migrem. Além disso, aponta-se que as migrações são femininas porque as situações relacionadas com a migração estão também relacionadas com os sofrimentos de discriminação que as mulheres sofrem, bem como aos processos de resistência que compõem o ser mulher no mundo há tanto tempo. Além disso, as migrações são femininas porque, na maioria das vezes, são as mulheres que constroem redes, constituindo espaços educativos que as fortalecem e lhes permitem encontrar estratégias de enfrentamento às situações vividas.

**Palavras-chave:** Migração. Gênero. Interseccionalidade.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 30 ago. 2022.



## OS DESDOBRAMENTOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL FRENTE À MIGRAÇÃO

Paola Pagote Dall'Omo

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
paolapagote@gmail.com

Odisséia Aparecida Paludo Fontana

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
odisseia@unochapeco.edu.br

**RESUMO:** A presente pesquisa tem por objetivo efetuar uma análise quanto à aplicação do método da mediação intercultural, com o enfoque no contexto migratório brasileiro. Nessa perspectiva, se propõe a realizar uma abordagem sobre a situação dos imigrantes que residem no Brasil, efetuando um panorama sobre a realidade vivenciada por estes indivíduos, e posteriormente, se apresenta sobre a mediação intercultural, apresentando conceitos, definições e funcionamentos frente a esta metodologia de encaminhamento de conflito existente e de que forma, a aplicabilidade da mediação intercultural no âmbito das migrações pode proporcionar mudanças diante dos inúmeros dilemas e dificuldades vivenciados pelos imigrantes em território brasileiro. A partir destes delineamentos, o problema de pesquisa busca compreender se é possível visualizar a aplicação da mediação intercultural no contexto migratório brasileiro, trazendo como subsídio para o aporte teórico as legislações brasileiras inerentes ao tema, bem como, autores e

pesquisadores sobre o âmbito migratório e da mediação, tais como Abdelmalek Sayad, Fabiana Marion Spengler, Theobaldo Splenger Neto e Rosa Maria Sequeira. No que tange as questões metodológicas, o método adotado foi o dedutivo, na modalidade qualitativa, com o uso de técnicas de pesquisa bibliográfica. Nesta perspectiva, a mediação intercultural se refere a um modo de encaminhamento de conflitos capaz de integrar diferentes conceitos e contextos sociais, levando em consideração um viés intercultural para solucionar os dilemas e problemáticas existentes. No mais, é possível verificar por meio deste trabalho que a aplicação da mediação intercultural no país ainda necessita de avanços para melhor assegurar os direitos dos imigrantes já previstos no ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, a metodologia de encaminhamentos sob o enfoque social, psíquico e assistencial frente ao imigrante, baseada nos princípios de cooperação e diálogo, pela perspectiva de suas vivências culturais é imprescindível para a solução de um conflito de forma efetiva e assertiva. Desse modo, o uso desta ferramenta metodológica, por meio de seus princípios e fundamentos passa a ser vista como uma possibilidade para auxiliar e encaminhar os conflitos vividos pelos imigrantes no país de acolhimento de uma forma mais célere e eficaz.

**Palavras-chave:** Mediação Intercultural. Migração. Imigrantes.

**Apoio Financeiro:** PROSUC/CAPES

## Referências

BRASIL. **Lei n. 13.140**, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm). Acesso em: 07 ago. 2022

BRASIL. **Lei 13.445**, de 24 de Maio de 2017. Institui a Lei de Imigração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 10 ago. 2022.

PERES, Valter Manuel Linhares. **Migrantes contadores de estórias: integração e interculturalidade**. 2019. Tese (Doutorado em Relações Interculturais) – Universidade Aberta, 2019.

PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Itália e na União Europeia. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Itajaí, 2014.

REBELO, Filomena Maria Ventura. **Mediação Intercultural no acesso da população imigrante, não lusófona e residente no Porto, aos cuidados de saúde primários**. 2019. Dissertação (Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social) – Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Leiria, Portugal, 2019.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**, A. Edusp, 1998.

SEQUEIRA, Rosa Maria; BONI, Valéria Vaz. Os contornos da mediação intercultural na educação contemporânea: delineamentos e projeções. *In*: **Livro de atas do II Congresso Internacional de Mediação Social**: a Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), 2019. p. 395-408.

SPENGLER NETO, Theobaldo et al. **Mediação enquanto política pública**: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas. 2012.



## **CENTRO DE ACOLHIDA PARA OS IMIGRANTES E REFUGIADOS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)**

Laura Regina dos Santos  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó  
lauraregina@unochapeco.edu.br

**RESUMO:** No contexto político mundial atual, situações de imigração e busca de refúgio para locais que apresentam expectativas de melhoria na qualidade de vida têm acontecido de forma frequente e contínua. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) mais de 70,8 milhões de pessoas no mundo deixaram suas origens por causa de conflitos (políticos), perseguições e graves violações de direitos humanos. Aproximadamente 22 milhões de pessoas cruzaram uma fronteira internacional em busca de proteção e foram reconhecidas como refugiadas. Nesta conjuntura, as imigrações têm acontecido também devido a fatores como, crises políticas, econômicas, guerras, desastres climáticos e pobreza extrema. Estes indivíduos migram para outras localidades em busca de melhores oportunidades de trabalho, condições de moradia, condições financeiras e por proximidade com entes familiares. Logo, observa-se que esta condição também tem acontecido com imigrantes que chegam ao Brasil, em específico no município de Chapecó (SC). Assim, o estudo realizado propôs a criação e implantação do centro de acolhida para imigrantes e refugiados

no município de Chapecó (SC), com o intuito de prestar auxílio para estes imigrantes. O município em estudo encontra-se com uma grande concentração de imigrantes, vindo de países como Haiti, Venezuela, Angola entre outros, e por vezes ficam invisíveis na sociedade. Desta forma, o objetivo do trabalho é abordar a inclusão dos imigrantes na comunidade local, facilitar e auxiliar o processo de habitação, documentação, e de diversas formas minimizar o impacto e as dificuldades na experiência de vida. A metodologia adotada para a realização do estudo foi estudo de caso. O levantamento de dados foi realizado com base em dados primários e secundários. Para o levantamento dos dados primários foram utilizadas entrevistas semiestruturadas (YIN, 2015). Nesta etapa da pesquisa, para o levantamento de dados e informações relevantes ao tema, foram realizadas pesquisas em portais (IBGE, ACNUR). Realizou-se in-loco, o levantamento de informações sobre o assunto junto à pastoral do migrante, o centro de resgate social e Polícia Federal de Chapecó. Ainda assim, realizou-se o estudo da área de intervenção escolhida para a implementação do projeto, analisando condicionantes do lote, conexões, fluxos que o mesmo possui com o entorno imediato. Para o aporte teórico foram analisadas referências projetuais disponíveis no portal Archdaily que disponibiliza projetos de arquitetura. Os projetos analisados foram dos autores como Ito e Naff (2020), Kassai et al. (2019) e Requena (2019). A análise deste projetos auxiliaram na obtenção de uma melhor compreensão do funcionamento de um centro de acolhida e de moradias comunitárias, além de contribuir para as escolhas de materiais e técnicas construtivas. Como resultados, o centro de acolhida receberá os imigrantes da melhor maneira possível com equipamentos que atendam às necessidades específicas, locais de abrigo como moradia temporária, espaços de apoio jurídico e psicológico, espaços de formação com aulas de língua portuguesa, salas de oficinas, salas para que os imigrantes possam ensinar sobre suas culturas e idiomas, e todo o auxílio para que assim garantam seus direitos, também conta com uma praça onde a comunidade local possa utilizar em conjunto com os imigrantes para que exista a transformação da realidade atual, proporcionando uma qualidade de vida dessa população.

**Palavras-chave:** Imigração. Centro de acolhida. Qualidade de vida.

## Referências

CRAFIG, Eduardo (coord.). **Alojamento estudantil na ciudad del saber**. 2008. Disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2015/03/21/alojamentoestudantil-ciudad-del-saber-panama/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

IBGE. **População e área territorial**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2019 .

ITO, David; NAFF, Martin. **Somos todos imigrantes**. 2019. Disponível em: <https://www.davidito.com.br/portfolio-item/sti/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

REQUENA, 2016. **Me conta um segredo?** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/800190/estudio-guto-requena-convida-as-pessoas-a-compartilhar-em-suas-historias-na-instalacao-me-conta-um-segredo>. Acesso em: 11 dez. 2019.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

### **ROSENEI CELLA**

Possui Bacharelado em Ciências Contábeis, Licenciatura em Letras Português/Inglês pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (2003) e Licenciatura em Pedagogia (2021). Especialista em Letras - Língua e Literatura de Língua Inglesa (2005) e Letras - Língua e Literatura de língua portuguesa (2009). É Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2010), na linha de pesquisa Políticas Educacionais. Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2019), linha de pesquisa em Políticas Educacionais. Membro do grupo de pesquisa da UFFS Pesquisa em Gestão e Inovação Educacional (GPEGIE). Foi Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte do município de Formosa do Sul no período de janeiro de 2009 a fevereiro de 2011. É servidora técnica na Reitoria da Universidade Federal da Fronteira Sul desde 2011, ocupando atualmente o cargo de Diretora de Políticas de Graduação  
E-mail: [rosenei.cella@uffrs.edu.br](mailto:rosenei.cella@uffrs.edu.br)



**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina  
Câmpus Chapecó

**GAIROSC**  
acolher, atender e apoiar

